



1981

Jesuítas Em Formação e Jesuítas No Apostolado

Simon Decloux

Follow this and additional works at: <https://ecommons.luc.edu/ignatianpedagogy>

Recommended Citation

Decloux, Simon. Jesuítas Em Formação e Jesuítas No Apostolado. O apostolado universitário da Companhia de Jesus hoje, , : 18-33, 1981. Loyola eCommons, Ignatian Pedagogy Bibliography, <https://ecommons.luc.edu/ignatianpedagogy/578>

This Book Chapter is brought to you for free and open access by the Faculty Center for Ignatian Pedagogy at Loyola eCommons. It has been accepted for inclusion in Ignatian Pedagogy Bibliography by an authorized administrator of Loyola eCommons. For more information, please contact ecommons@luc.edu.



O APOSTOLADO UNIVERSITÁRIO NA COMPANHIA DE JESUS HOJE

29



Ignatiana

O APOSTOLADO UNIVERSITÁRIO DA COMPANHIA DE JESUS HOJE

TEXTOS DO ENCONTRO DE REITORES DAS
UNIVERSIDADES DA COMPANHIA DE JESUS
EM ROMA (NOVEMBRO DE 1985)

Apresentação	3
<i>Peter-Hans Kolvenbach, S.J.</i> : A universidade jesuítica, hoje	5
<i>Simon Decloux, S.J.</i> : Jesuítas em formação e jesuítas no Apostolado	18
<i>Giuseppe Pittau, S.J.</i> : Relações com a Igreja local e universal	34
<i>Urbano Valero, S.J.</i> : A comunidade jesuítica em uma uni- versidade da Companhia	45
<i>Fr. W. Sullivan (Seattle)</i> Homilia do Pe. Geral	64
Discurso do Papa aos reitores das universidades da Compa- nhia de Jesus	66

COLEÇÃO IGNATIANA

ORIENTAÇÃO DA CPJB (CONFERÊNCIA DOS PROVINCIAIS JESUÍTAS DO BRASIL)

1. VIDA RELIGIOSA NA COMPANHIA DE JESUS
2. MENSAGENS À COMPANHIA DE JESUS
3. ORIENTAÇÕES PARA A COMPANHIA DE JESUS
4. A EXPERIÊNCIA DE DEUS NA VIDA RELIGIOSA,
Pe. ARRUPE, S.J.
5. FOME DE PÃO E EVANGELIZAÇÃO,
Pe. ARRUPE, S.J.
6. A IGREJA E A ESPERANÇA DOS HOMENS,
Pe. ARRUPE, S.J.
7. DIRETRIZES PARA A FORMAÇÃO
8. A OBRA DA ACULTURAÇÃO
9. COMUNIDADE APOSTÓLICA
10. DISCERNIMENTO COMUNITÁRIO
11. O NOSSO MODO DE PROCEDER,
Pe. ARRUPE, S.J.
12. COMUNIDADES DE VIDA CRISTÃ,
Pe. ARRUPE, S.J., LOUIS PAULUSSEM, S.J., JOHN REILLY, S.J.,
JOSÉ GSELL, S.J.
13. PARA CHEGAR ÀS CVX — PRINCÍPIOS E CRESCIMENTO,
Pe. JUÁN MIGUEL LETURIA, S.J.
14. INSPIRAÇÃO TRINITÁRIA DO CARISMA INACIANO,
Pe. ARRUPE, S.J.
15. COLABORAÇÃO FRATERNA NA OBRA DA EVANGELIZAÇÃO,
Pe. ARRUPE, S.J.
16. NOSSOS COLÉGIOS: HOJE E AMANHÃ,
Pe. ARRUPE, S.J.
17. ANÁLISE MARXISTA
ARRAIGADOS E FIRMADOS NA CARIDADE
18. PALAVRAS DE INÁCIO DE LOYOLA A UM JESUÍTA DE HOJE,
KARL RAHNER
19. O SUPERIOR LOCAL E A CONTA DE CONSCIÊNCIA
20. DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II AOS PROVINCIAIS
S.J. E OUTROS DOCUMENTOS
21. INFORMAÇÃO SOBRE A FORMAÇÃO PERMANENTE
NORMAS GERAIS PARA OS ESTÚDOS DOS NOSSOS
22. NORMAS PARA A COMPANHIA DE JESUS,
Pe. ARRUPE, Pe. DEZZA e Pe. PITTAU
23. A VOCAÇÃO DO IRMÃO JESUÍTA,
GEORGE GANSS, S.J.
24. LANÇANDO SEMENTES DE FÉ E DE JUSTIÇA,
ROBERT J. STARRATT, S.J.
25. COMPANHEIROS DE JESUS ENVIADOS AO MUNDO DE HOJE
— CONF. SOBRE OS DECRETOS DA CG XXXIII DA
COMPANHIA DE JESUS
26. OPÇÃO PREFERENCIAL PELOS POBRES
27. A DELIBERAÇÃO QUE DEU ORIGEM AOS JESUITAS
28. EXERCÍCIOS DE DISCERNIMENTO FRENTE À REALIDADE
SOCIAL
29. O APOSTOLADO UNIVERSITÁRIO DA COMPANHIA DE

APRESENTAÇÃO

A Companhia de Jesus é responsável, no mundo, por 101 Universidades, Colégios Universitários e outros Institutos de Educação Superior. Este número não inclui as 26 Faculdades de Filosofia e Teologia e outras de campos muito especializados. Estes centros estão assim distribuídos: 31 nos EUA e Canadá; 25 na Índia; 19 na Europa; 16 na América Latina e 11 na Ásia. Nestas Universidades, estudam aproximadamente 450 mil alunos.

Os dirigentes desses centros foram convidados para uma reunião que se realizou em Roma, de 4 a 9 de novembro de 1985, a primeira depois da que aconteceu em agosto de 1975. Compareceram 82 pessoas, entre as quais 4 leigos, aos quais se juntaram quatro jesuítas, reitores de Universidades que não são da Companhia, quatro dirigentes de Associações Universitárias, o Pe. Geral e vários membros da direção da Cúria. A reunião se deu na Villa Fuscolona, dos Salesianos, em Frascati.

O Pe. Geral abriu o encontro com um discurso sobre "A Universidade Jesuítica Hoje". Pe. Simon Decloux falou sobre "Jesuítas em Formação e Jesuítas no Apostolado". Pe. Giuseppe Pittau, sobre "Relações com a Igreja local e universal" e Pe. Urbano Valero, sobre "Conselheiros Gerais e antigos Reitores de Universidade". Além dos temas dessas palestras, os reitores analisaram a cooperação com os leigos, a opção pelos pobres, seus desafios atuais e a possibilidade de cooperação entre as diversas Universidades.

No último dia, durante a Missa concelebrada, o Pe. Geral pronunciou uma homilia, aqui incluída. A reunião foi coroada com a visita ao Santo Padre, que na ocasião pronunciou um discurso em que incumbe aos reitores a fidelidade ao magistério, para o diálogo entre fé e cultura. Publicamos nesta brochura todos esses textos, na ordem em que foram apresentados.

A finalidade do encontro não era resolver problemas concretos, mas renovar o espírito da Companhia nas Instituições Universitárias, mediante o contato com o Pe. Geral e seus Assistentes, e oferecer oportunidades para um conhecimento mútuo, como uma base para uma crescente colaboração recíproca.

Com a presente publicação, a CPJB espera contribuir para animar as comunidades jesuíticas de nossas Universidades para uma reflexão sobre seu trabalho como missão apostólica e para fomentar nas novas gerações o interesse pelo apostolado do ensino superior e da pesquisa científica, como meios de contribuir para a "total e integral libertação do homem que leva à participação na vida do próprio Deus" (CG 32.^a, D.2,11).

SECRETARIA EXECUTIVA DA CPJB

A UNIVERSIDADE JESUÍTICA, HOJE

Peter-Hans Kolvenbach, S.J.

Antes de mais nada, quero dar aos senhores as boas-vindas a Roma — ou a Frascati para ser exato — e a esta reunião. Pe. John O'Callaghan deu-lhes ontem as boas-vindas oficiais; mas tenho muito prazer em reiterá-las agora, em nome próprio e de todos os membros da Cúria. Os senhores são homens muito ocupados, e resulta difícil acrescentar uma reunião a mais nas suas agendas. Apesar disso, o convite para este encontro recebeu uma calorosa acolhida. Muito obrigado por esta resposta. Asseguro-lhes, com toda a sinceridade, que estou encantado de estar aqui com os senhores.

Permitam-me acrescentar uma particular saudação de boas-vindas aos seculares aqui presentes: presentes não em qualidade de hóspedes e observadores, mas pelo fato de serem Diretores ou Presidentes de instituições jesuíticas. Na verdade, sejam muito bem-vindos. Espero que se sintam como na própria casa, e desde já nos perdoarão se durante estas reuniões mantermos o termo "jesuítas".

Os senhores são os responsáveis pelo apostolado da Companhia na educação de nível superior. Isso os converte num grupo importante. Não quero deixar passar esta oportunidade — o encontrarmos aqui reunidos — para falar-lhes do lugar da educação, especialmente a educação de nível superior — na escala de prioridades da Companhia. Sei que os senhores são representantes de instituições acadêmicas de educação superior de níveis muito diferentes. Mas, para simplificar, me referirei a todas estas com o termo "universidades".

Não há dúvida de que o Primeiro Documento da Congregação Geral 33.^a era, pelo que toca às Universidades, mais

tranquilizador e menos cominatório do que o decreto 4.º da Congregação Geral 32.^a. Não obstante, persiste certo mal-estar. Por uma parte, a Companhia proclama que o serviço da fé e a promoção da justiça é a prioridade de todas as prioridades. Por outra, a missão de muitos jesuítas e a atividade apostólica em muitas Províncias estão orientadas principalmente para a formação, a educação e a investigação especializada. Seria abusar dos termos dizer, sem mais, que essas obras são expressão explícita de desenvolvimento social.

A introdução de uma nova terminologia — a opção preferencial pelos pobres e especialmente o amor preferencial (embora não exclusivo) e a solidariedade com os pobres — aliviou a tensão e deixa entrever uma solução. Já em 1547, Pe. Polanco afirmava que o amor pelos pobres é conatural ao jesuíta. A promoção da justiça tem a conotação de certo ativismo ou mediação política ou luta concreta, que nada parece ter a ver com a “opção preferencial pelos pobres”. A “promoção da justiça”, certamente, está contida no pleno significado da palavra “amor” ou “caridade”, mas pode sugerir o compromisso com certo tipo de confrontação e radicalismo que seria uma fraude do novo mandamento do amor.

A 21 de dezembro de 1984, João Paulo II confirmou o valor universal da opção pelos pobres, confirmando assim os pronunciamentos anteriores sobre o tema. Disse:

Fiz minha esta opção e a renovo agora: identifico-me com ela. Estou convencido de que não poderia ser de outra maneira, porque ela é a mensagem perene do Evangelho. Assim como atuou Cristo, assim atuaram os apóstolos, assim se comportou a Igreja na sua história duas vezes milenar... É uma opção fundada essencialmente na Palavra de Deus, não em critérios oferecidos pelas ciências humanas ou ideologias contrastantes.

Esta declaração ante a Igreja universal contém um chamado à promoção da justiça, mas também adverte que tenhamos cuidado de não interpretar demasiado estritamente nossa opção preferencial pelos pobres: “A redução da mensagem evangélica tão só à dimensão sócio-política roubaria aos pobres

um supremo direito seu: o de receber da Igreja o dom da verdade inteira sobre o homem e sobre a presença do Deus vivente em sua história”. Estas palavras asseguram que a opção preferencial pelos pobres é parte da tradição da Igreja; insistem em que a formulação deve ser entendida em sentido amplo: a opção abraça em sua totalidade a verdade sobre a pessoa humana. Mas insistem também em uma orientação apostólica a que a Companhia deve responder, sem ambigüidade e sem demora.

Durante o recente encontro dos Moderadores dos Grupos de Provinciais, foi alentador ver o enorme número de mudanças no estilo de vida e na seleção dos ministérios experimentados em toda a Companhia. Ao mesmo tempo, viu-se claramente que em muitas Províncias a promoção da justiça, tomada em sentido estrito, não pode ser considerada como o problema mais urgente. Isto é ainda mais claro em países que estão sofrendo uma crise de des cristianização e em países de regime comunista. Também se viu com evidência que muitos bispos e seculares nos estão urgindo para que nos dediquemos ao apostolado intelectual e de educação, que é uma atividade menos manifestamente orientada para a promoção da justiça ou para a opção preferencial pelos pobres.

Para compreender melhor a situação atual, permito-me lançar uma olhada para a história da primitiva Companhia. Peço perdão aos historiadores especializados neste campo, pois sei sobejamente que o que vou dizer necessitaria ser matizado e comprovado. Porém, creio que podemos redescobrir a autêntica natureza apostólica do setor educacional mediante um estudo do carisma inaciano.

A Companhia de Jesus nasceu e cresceu em um meio universitário. Nosso Arquivo Romano conserva o diploma que atesta, faz exatamente 450 anos, que “o Mestre Inácio de Loyola, da diocese de Pamplona, obteve com louvor e honra o grau de Mestre em Artes na celebrada Faculdade de Artes de Paris, tendo superado os rigorosos exames”. No seu intercâmbio escolar, os primeiros companheiros dirigiam-se uns aos outros chamando-se com toda a naturalidade por seus títulos universitários: Bacharel Hozes, Mestre Simão Rodrigues, Licenciado An-

tonio de Araoz, Doutor Pedro Canísio. É o que nós seguimos fazendo na Companhia, empregando um termo acadêmico ao referir-nos aos “escolásticos”.

Contudo, o ambiente universitário parece ter exercido pouco impacto na concepção do apostolado dos primeiros companheiros. Em sua trajetória espiritual, Inácio enfrentou freqüentemente a cultura de seu tempo; e a primitiva Companhia foi, em certo sentido, antiintelectual. Mas quando ficou comprovado que lhes fazia falta um “título” que desse crédito ao seu preparo, e quando acabaram por reconhecer o valor dos estudos universitários como instrumento para “ajudar as almas”, a universidade se converteu em instrumento de apostolado, embora passivo: Inácio e seus primeiros seguidores aproveitaram-se das universidades existentes para conseguir uma formação. Só anos mais tarde, e ao princípio unicamente nos países de missão, a Companhia fez do ensino um instrumento de apostolado. E foi necessário que ainda passasse mais tempo para que, como consequência daquelas experiências iniciais, a Companhia reconhecesse a eficácia apostólica da educação e criasse suas próprias instituições de educação secundária e universitária, onde se formassem seus próprios estudantes e alguns seculares. Desse modo, a educação converteu-se em uma prioridade apostólica.

Da mesma forma que a promoção da justiça está mudando a vida da Companhia nos dias de hoje, a opção preferencial de fundar colégios e universidades moldou profundamente a Companhia recém-nascida. O fato que se destinasse um número cada vez maior de jesuítas para o setor da educação dá a entender que ia cedendo o ímpeto missionário da Companhia. As vidas de Francisco Xavier e de Diego Luis de San Vitores, recentemente beatificados, mostram essa tensão entre as prioridades. Inclusive a vida interna da Companhia viu-se conformada por esta opção apostólica: em temas fundamentais, como a pobreza apostólica e a gratuidade dos ministérios; e também em nosso governo, que se tornou mais institucionalizado e centralizado.

A promoção da justiça como prioridade apostólica está produzindo hoje os mesmos efeitos, porém em direção contrária. Está absorvendo uma crescente proporção da atividade da Companhia, privando nossas universidades — já atingidas des-

favoravelmente pela falta de vocações e as múltiplas mudanças acontecidas — de valiosos colaboradores jesuítas. Há jesuítas que se recusam a trabalhar em instituições educativas, ainda que, em última instância, semelhante recusa seja inadmissível na Companhia. Para outros, a pobreza evangélica necessária para promover a justiça, inserir-se entre os pobres e fazer-se solidários com eles, é incompatível com o tipo de pobreza apostólica das universidades, ou ao menos é preciso questioná-las. A promoção da justiça leva a denunciar as estruturas injustas da sociedade contemporânea. Isto repercute necessariamente no setor educativo da Companhia, porque se dá por admitido que as instituições educativas devem evitar os conflitos em consideração à sua clientela e para preservar a sua reputação.

Em certos países chega-se a afirmar que o sistema educativo é em si mesmo parte das estruturas injustas porque contribui para perpetuar a atual divisão entre privilegiados e marginalizados. Em consequência, nossas próprias universidades são denunciadas enquanto nossas instituições são parte do sistema educativo dominante.

Todo jesuíta, no plano individual, está chegando à conclusão de que a promoção da justiça põe importantes interrogações ao seu compromisso religioso e questiona pontos práticos e opções concretas de sua vida. Isto é assim porque, ainda que o tipo de atividade e o estilo de vida admitam grande variedade, nenhum jesuíta pode ignorar esta dimensão: faça o que fizer, deve participar de algum modo da promoção da justiça; ninguém pode ficar isento do dever de solidariedade com a comunidade humana.

Nesse rápido bosquejo histórico do acesso da primitiva Companhia ao campo do ensino, vê-se claramente que, para Inácio, uma prioridade apostólica — criar instituições educativas — não é um fim em si mesmo. Da mesma forma, o compromisso social não pode ser um fim em si mesmo. Mas a promoção da justiça não pode ignorar o novo mandamento em que se fundem unitariamente o amor a Deus e o amor ao próximo. A Congregação Geral 33.^a teve a franqueza de confessar: “Nem sempre levamos em conta que tínhamos de realizar a

justiça social à luz da justiça evangélica, que é sem dúvida como um sacramento do amor e da misericórdia de Deus” (I, 32).

Inácio sabia perfeitamente que um colégio é um colégio e uma universidade é uma universidade. Têm sua própria finalidade e não são meras comunidades para a evangelização e defesa da fé. Visto que a difusão da Reforma era devida em parte à decadência dos estudos, Inácio — na busca do homem integral, “virtuosos y doctos” (Const. 308) — adotou os valores e a transformação dos valores que um colégio ou uma universidade podem garantir e desenvolver. Dominique Bertrand sugere que Inácio pode ter tido a sensação de que o chão sumia de sob seus pés quando optou pela educação. De modo semelhante, mais de um jesuíta, depois da Congregação Geral 32.^a, deve ter tido a sensação de que pertencia a uma Companhia diferente, uma Companhia de Jesus que anda buscando às apalpadelas o seu caminho. Porém, assim como é falso afirmar que a decisão de fundar instituições educativas deixou de lado a experiência espiritual de Inácio, é igualmente falso crer que hoje não se pode viver os Exercícios Espirituais a não ser através de algum tipo de compromisso social em qualquer de suas formas. Um jesuíta, se se mantém aberto ao chamamento do Espírito, não pode comprometer-se nunca irreversivelmente a trabalhar em uma universidade ou no apostolado social. Sua atitude espiritual deve ser reflexo da atitude da Igreja, que não tem programa concreto no campo político, econômico ou social. Sua finalidade é exclusivamente religiosa (GS 42), seu interesse é o desenvolvimento pleno da vida humana, o anúncio do mistério da salvação para que todas as coisas possam ser recapituladas em Cristo (Ef 1,10; GS 42), compartilhando as tristezas e angústias dos pobres (GS 1), as angústias e as ansiedades dos discípulos de Cristo (cf. GS 31).

Em poucas palavras, o Concílio Vaticano II convida-nos a contemplar a humanidade como nos ensinou Inácio a fazê-lo nos Exercícios Espirituais; e a Companhia, fiel à experiência de Inácio, persevera na dedicação de si mesma, mediante opções incessantemente renovadas a serviço dos homens e mulheres “em suas tristezas e angústias”. Estas são basicamente espirituais, porém sempre incluem também uma dimensão material. Nosso

trabalho apostólico há de ajudar os homens a ser mais autenticamente humanos, na plenitude da dignidade humana: participantes ativos na construção de um mundo melhor.

Uma mudança nas prioridades da Companhia não questiona o valor da educação como tal, assim como a mudança na primitiva Companhia não supôs questionar seu espírito missionário. O decreto 4.^o, apesar das equivocadas interpretações que dele se deram, na realidade advogou uma intensificação do apostolado da educação. O decreto descreve o potencial que o apostolado educativo tem para contribuir na formação de agentes multiplicadores no processo da educação do mundo (60), para atuar como fermento na transformação das atitudes, humanizando o clima social.

Não é, portanto, a educação em si mesma que se questiona, mas a sua integração no esforço apostólico da Companhia. Pe. Pedro Arrupe proclamou com toda a clareza que o nosso apostolado no campo educativo tem por finalidade formar homens e mulheres para os outros, à imitação de Cristo, o homem para os outros, e nos desafiou a pôr em marcha as conseqüências pedagógicas desse objetivo (Ar XVIII, 238ss.).

A economia, por exemplo, que tem seu próprio método e seus princípios, se é ensinada e aprendida na perspectiva da promoção da justiça, se negará a deixar-se encerrar em uma concepção de economia que trate exclusivamente de “coisas”, mas dar-se-á conta de que deve considerar também as relações interpessoais. Nesta perspectiva, a economia verá os bens materiais como instrumentos a serviço do homem. A medicina, com todo o seu progresso técnico e seus novos métodos, quando é estudada na perspectiva da promoção da justiça, dará prioridade à procura de remédio para as enfermidades que atingem os pobres. Da mesma forma, todas as demais ciências e tecnologias, quando estudadas e ensinadas na perspectiva da promoção da justiça, estarão profundamente conscientes de que toda a investigação deve promover, em última análise, a dignidade da pessoa humana.

Todas as especialidades no campo das humanidades ou das ciências sociais sabem muito bem que os valores que transmitem dependem do conceito de pessoa humana ideal que empregam

como ponto de partida. É aqui, sobretudo, que a promoção da justiça em nome do evangelho pode fazer-se tangível e transparente. Este conceito deve guiar e inspirar o jurista e o político, o sociólogo e o filósofo, e — de maneira especialmente explícita, em razão de um mais profundo conhecimento da fé — o teólogo.

Assim, pois, a opção pelos pobres, ou promoção da justiça em nome do evangelho, não está em conflito com o apostolado da educação. Nossas universidades, se deveras são católicas, devem dar testemunho desta prioridade.

Neste contexto, a preocupação da Santa Sé para chegar a uma definição mais integral do que é uma universidade católica deveria receber de nossa parte uma resposta positiva: é um apelo do Santo Padre. E é uma preocupação que devemos fazer nossa: assegurar que o evangelho seja transparentemente evidente em nossas universidades. Todos nós temos de dedicar-nos à procura, ao mesmo tempo fiel e criativa, dos elementos que determinam a especificidade católica de nossas instituições. Mais do que limitar-nos a objetar e criticar, temos de propor à Santa Sé fórmulas que expressem melhor nosso modo de ver as coisas. Não devemos concentrar-nos exclusivamente em problemas jurídicos, embora também eles tenham sua importância no quadro geral da universidade católica.

Todos os apostolados da Companhia, seja no setor educativo, ou no social, ou no pastoral, têm os mesmos direitos e os mesmos deveres no seio da única prioridade da promoção da justiça em nome do evangelho, a opção preferencial pelos pobres como diaconia da fé. Um jesuíta deve estar aberto a todas essas formas de ação apostólica, com clara disponibilidade. A competência necessária para o ministério pastoral ou social — uma preparação ampla e profunda, que deve constantemente ser posta em dia — só pode ser conseguida com estudos universitários sérios e disciplinados. Por outra parte, a universidade viverá em uma torre de marfim, divorciada das realidades do país e da gente, a não ser que mantenha íntimo contato — tanto dentro como fora do campus — com os ministérios pastorais e atividades explicitamente sociais. Temos tantas possibilidades inproveitadas de interação nos ministérios da Companhia! Estou

seguro de que uma colaboração mais viva entre os diferentes ministérios pode tornar mais eficaz nosso apostolado e de que precisamos encontrar o meio concreto que faça possível essa colaboração.

Portanto, em lugar de ver na promoção da justiça em nome do evangelho uma ameaça ao setor da educação, essa prioridade apostólica que recebemos da Igreja deveria ser considerada como uma urgente exigência para que avaliemos nossas instituições, nossas prioridades docentes, nossos programas e o tipo de estudante que atraímos a nossos centros. Uma universidade que não visse a necessidade dessa avaliação não deveria admirar-se de ficar sozinha em um esplêndido isolamento, sem nada que realmente valha a pena oferecer ao mundo, aos homens e mulheres de hoje. A avaliação dos resultados apostólicos deveria ser um fato constante na vida interna de toda universidade.

Nesta matéria, a comunidade de jesuítas na universidade deveria fazer sentir, não o seu poder, mas sua autoridade: isto é, deveria ser o elemento “autor” de uma tarefa que há de ser levada a cabo por todos os membros da comunidade educativa. Seu papel é o de garantir, com todos os membros da comunidade educativa, e através deles, a transmissão dos valores evangélicos e a descoberta de uma orientação de vida evangélica, que são a marca da universidade católica. Com demasiada frequência, esta “animação” da universidade é algo preso com alfinetes, à margem da docência e da investigação: tem-se a impressão de que a docência e a investigação são o núcleo da empresa, e que tudo o que soa como avaliação e animação é um adorno, trabalho extra, algo que se pode deixar cair facilmente por falta de tempo, de motivação ou de energia. Porém, a menos que essa avaliação revigore o próprio coração da universidade, volatizar-se-á a essência da obra, que acabará por se converter em uma máquina de dar títulos.

Assim como um jesuíta tem de achar tempo para “perdê-lo com o Senhor”, na frase de Pe. Arrupe, assim um centro acadêmico tem de animar-se a “perder tempo” na própria auto-renovação, em pôr-se em dia para o futuro serviço. O que estamos dizendo aqui é questão de vida e morte para as universidades.

Antes de concluir, quero tocar, embora brevemente, em outros pontos importantes.

É evidente, e há bastante tempo, que nossas instituições docentes não podem sobreviver sem a presença e colaboração de muitos seculares abnegados. Por seu tamanho, tanto em número de alunos como de professores, isto é especialmente certo no nível universitário. O Senhor nos abençoou com seculares que compartilham nossa ideologia e que se entregaram a nossas instituições com autêntica dedicação. Contudo, conforme vai passando o tempo, necessitamos fazer mais na seleção do professorado e dos quadros diretivos, ocupando-nos, sobretudo, da formação contínua e da mudança de atitudes tanto dos jesuítas como dos professores seculares, para chegar a construir uma só comunidade educativa.

Talvez deva mudar o nosso conceito de universidade. Costumávamos pensar na instituição "como dos nossos", com uns tantos seculares ajudando-nos, embora seu número fosse maior do que o dos jesuítas. Hoje em dia, alguns jesuítas se inclinam a pensar que o número de seculares aumentou tanto e o controle se deslocou tanto, que a instituição, na realidade, já não é da Companhia. Embora conserve o nome, na realidade é uma instituição em que trabalham alguns jesuítas. O instrumento apostólico é a comunidade de jesuítas. Eu insistiria em que a universidade mesma continua sendo um instrumento de apostolado, não só de jesuítas, mas de jesuítas e seculares trabalhando juntos. A cabeça da instituição — seja um jesuíta ou um secular — é, além de diretor acadêmico da universidade, o guia apostólico de um instrumento apostólico. Não vou estender-me neste tema, porque não quero antecipar-me ao resultado de vossos debates. Porém tenho interesse em proclamar que cada um de vós recebeu uma missão da Companhia de Jesus, explícita ou implicitamente, embora vossa nomeação concreta tenha chegado por outros caminhos, inclusive se a Companhia não exerce influência jurídica direta sobre as atividades de vossas universidades. Esta missão é apostólica.

Apesar do tamanho de nossas universidades, não devemos perder nunca de vista a *cura personalis*, a atenção personalizada

a cada aluno concreto... e a cada professor concreto! Os jesuítas são escassos. Se esta característica tradicional da Companhia tem de conservar sua eficácia, os seculares podem compartilhar nossa solicitude para cada estudante em concreto e ajudar-nos em nosso esforço por ser algo mais que uma mera instituição massificada de educação em massa. Que eu saiba, isto foi assim no passado. Eu só queria urgir com os senhores para que façam o que seja necessário, de forma que continue sendo verdade no presente e no futuro.

Apesar das dificuldades, devemos continuar fazendo o impossível para conseguir que nossas universidades sejam instituições de elevada qualidade acadêmica. A Igreja necessita de investigação de qualidade e formação de qualidade, e volta seus olhos para nós em busca de ajuda. Temos de responder à altura da nossa capacidade.

Se nossas universidades jesuíticas querem continuar fiéis a sua tradição, hão de servir a Igreja em sua missão de evangelizar o mundo. Isto implica uma estreita colaboração com a Igreja hierárquica, ainda quando tal colaboração pareça entorpecer as coisas. A universidade não é uma paróquia ou uma Congregação Religiosa, tem seu próprio modo de ser e de atuar, tem sua própria natureza específica. Porém não pode ser católica e ao mesmo tempo completamente autônoma. O documento *A universidade católica no mundo moderno*, de 1972, propõe-se definir a natureza da universidade católica em termos que pudessem ser aplicados às variadíssimas situações que se dão na amplitude do mundo, e definir as formas como estas situações se devem vincular à Igreja. Já mencionei nossa necessidade de contribuir positivamente para o desenvolvimento do que eventualmente será um documento mais oficial. Sempre haverá conflito entre a fé e a razão. Porém, se aceitamos que entre ambas não há conflitos insolúveis e insistimos em que a investigação da verdade na liberdade acadêmica é um autêntico serviço à Igreja, então admitiremos também que a iluminada vigilância do magistério pode ser, por sua vez, um serviço para a universidade.

Quando o cardeal Garrone, na ocasião prefeito da Congregação para a Educação Católica, falou aos participantes no Con-

gresso das Universidades da Companhia, em 1975, disse que a universidade católica é hoje para a Igreja o que os colégios de ensino médio da Companhia foram para a Igreja no tempo da Reforma. Sou do parecer de que hoje estamos apreciando com crescente clareza a verdade desta afirmação. As culturas mudam e a sociedade absorve a influência da formação intelectual, a comunicação de valores, a investigação e o serviço para a comunidade que têm lugar nas universidades. As instituições que os senhores representam têm a oportunidade — e isto constitui um desafio — de introduzir-se no mundo intelectual e influenciá-lo: trabalhando por um mundo melhor através do modelo de estudante que os senhores formam e a formação que lhes dão, mediante as investigações que realizam, mediante o testemunho que dão. Não é uma frase vazia dizer que suas instituições podem contribuir a criar uma sociedade mais justa, que podem influir nos governos e na área empresarial, que podem servir à Igreja diretamente mediante a evangelização e a investigação científica e, talvez não menos importante, indiretamente trabalhando a serviço do reino da verdade, da justiça e da paz. Os colégios da Companhia, em 1600, tinham, em certo sentido, mais liberdade para desenvolver-se. Havia pressões externas, mas, ao menos, não estavam submetidos à rigorosa supervisão de organismos ou autoridades públicas que lhes dessem crédito. E eram quase os únicos que ofereciam à juventude oportunidades de educação. Os senhores têm as limitações de numerosos regulamentos e são uma minoria no mundo universitário. Isso faz com que seu trabalho seja mais difícil, porém não menos importante.

Talvez o que eu disse até aqui possa ser resumido em uma palavra inaciana que lhes é muito familiar: mais. Os senhores estão fazendo muitas coisas. Eu lhes peço que as façam melhor, para a maior glória de Deus. Aspirar à qualidade acadêmica e também ao serviço cristão; a formar alunos que sejam profissionais competentes e homens para os outros. Peço-lhes que cada um de vós seja um diretor profissionalmente excelente e um líder apostólico.

Pe. Pedro Arrupe expressou idênticos desejos na última reunião de presidentes de Universidades, em agosto de 1975. Não

poderia eu concluir minhas palavras de forma melhor que repetindo as suas:

A característica de vosso trabalho é de ser jesuítica (*eu acrescentaria, a dez anos de distância: a de ser também homens que, mesmo sem ser jesuítas, estimam o espírito e tradição de Inácio de Loyola*) e a de estar em vosso lugar para procurar fazer com que a universidade, enquanto possível e segundo os seus estatutos, responda aos ideais inacianos. É um fato que este espírito é que levará a universidade como tal a realizar melhor o seu ideal. Não se trata de ceder algo do bem e da essência da universidade como tal para que seja “jesuítica”, mas da convicção de que o aplicar a espiritualidade e os princípios inacianos é o melhor modo de fazer de nossas universidades algo característico, que nos permita proporcionar à sociedade humana o melhor que temos para oferecer-lhe. Se isto não for possível, seria necessário repensar se a Companhia não deveria retirar a sua colaboração.

Para obter este ideal, a primeira condição é que sejamos verdadeiros jesuítas: “Nemo dat quod non habet”, e, em nosso caso, “nemo habet quod non accepit”. Somos transmissores de um espírito que recebemos com nossa vocação e que devemos comunicar em virtude mesma da missão recebida.

Frascati (Roma)

5 de novembro de 1985

Festa de todos os Santos da Companhia.

JESUÍTAS EM FORMAÇÃO E JESUÍTAS NO APOSTOLADO

Simon Decloux, S.J.

O objeto de nossa reflexão durante estes dias de encontro é a realidade atual e futura das universidades da Companhia de Jesus, enquanto obras apostólicas suscitadas e animadas pelo espírito de nossa vocação. Falar da realidade atual das nossas universidades e sobre elas trocar idéias é entrar num circuito de informação mútua que permite a cada um adquirir melhor conhecimento sobre o que representa, hoje, na Companhia o apostolado universitário. É formular uma série de perguntas sobre novas possibilidades de colaboração e considerar, em conjunto, as dificuldades principais que encontramos para levar a termo esse apostolado que a Companhia nos confiou. Falar da realidade futura das universidades jesuítas e trocar idéias a seu respeito é, antes de tudo, procurar definir as nossas políticas, esclarecendo os objetivos a ser atingidos e afrontando os problemas que emergem da análise dos meios necessários para a concretização dessas políticas.

Convidado a falar dos jesuítas em formação no painel deste encontro, parece-me claro que a minha intervenção se situa no último grupo de idéias que acabo de evocar. Fixando mais diretamente a nossa atenção sobre a formação dos jesuítas, podemos, nesta manhã, interrogar-nos sobre a relevância possível e eventual dos que trabalham nas universidades, tanto no ensino, como nas tarefas administrativas. Parece-me que podemos aqui escolher dois ângulos de abordagem. Podemos interessar-nos apenas pela realidade atual da formação, ou passar a considerá-la em função das opções que deverão ser feitas no futuro. Para expressar, em forma de questões breves e claras, a linha que essas duas abordagens seguiriam, proporia estas duas perguntas:

1) Observando como se nos apresenta hoje o setor da formação, podemos receber uma resposta encorajadora no sentido do apreço manifestado às atividades apostólicas nas universidades? Ou, quais são os problemas que nos propõem reparos sobre o estado atual da formação, e em que conjunto de medidas poder-se-ia encontrar uma solução válida? 2) Consideradas as necessidades de pessoal, hoje e amanhã, aplicado nas atividades das nossas universidades jesuítas, quais as opções a ser feitas no setor da formação, se quisermos dar uma resposta, a melhor possível, às necessidades já existentes ou facilmente previsíveis?

Compreender-se-á facilmente a dificuldade em que me encontro para apresentar uma resposta adequada a essas questões. Tanto no que concerne à realidade dos fatos, como nas políticas já definidas, ou ainda a ser definidas, encontramos-nos diante de uma realidade muito complexa. A Companhia não desenvolveu, da mesma maneira e em todas as partes, o seu apostolado universitário. A própria formação teve, nas últimas décadas, evoluções e flexões variadas. Quanto às políticas apostólicas, cabe às províncias e aos respectivos países defini-las. Aos provinciais incumbe a tarefa da escolha das prioridades apostólicas e da definição dos meios para a implementação efetiva dessas prioridades. Falando da Companhia e da formação numa visão de conjunto, não posso furtar-me a um certo grau de abstração e expor-me ao risco de, às vezes, fazer generalizações apressadas. Mas contentar-me-ei, na minha exposição, em reagrupar rapidamente as questões que muitos dos senhores formularam, procurando situá-las, cada uma delas, ou todas em conjunto, dentro de um quadro geral de reflexões. Os senhores mesmos, no intercâmbio de idéias e nas discussões, poderão trazer conhecimentos mais precisos das questões e das problemáticas locais.

Na primeira parte da minha reflexão, convido os senhores a fixar a atenção sobre os seguintes fatos: a realidade atual da formação e a importância do pessoal ativo no decurso dos próximos anos.

A) No que concerne à formação, julgo que não houve, nas opções fundamentais da Companhia, mudança significativa desde os tempos de Sto. Inácio. Nem falo aqui do modo de vida dos escolásticos, que passou por diversas fases evolutivas. Nem me reporto ao equilíbrio procurado nos dias de hoje, pondo-se mais atenção entre os diferentes aspectos (espiritual, comunitário, apostólico e intelectual) à formação numa perspectiva de integração de todos os aspectos de cada etapa. Uma leitura atenta da IV Parte das Constituições mostra claramente que um certo cuidado de integração sempre fez parte do conceito inaciano de formação... Nem sequer falo de certas evoluções mais recentes, que levaram a criar, em diferentes lugares, novas casas de estudos de formação; nem das mudanças mais ou menos importantes na política de intercâmbio entre as províncias no tempo de formação... Não. O meu enfoque é limitado e mais preciso. Interrogo-me sobre o que é hoje, tendo presente o que foi ontem, o programa posto em prática na formação dos jesuítas, fixando-me somente na organização do currículo dos estudos. É precisamente nisso, no meu entender, que a evolução poderia interferir mais diretamente no futuro do apostolado universitário.

Ora, sobre esse ponto, julgo poder dizer com segurança que não houve mudança significativa desde os tempos de Sto. Inácio. Três momentos parecem alternar-se, hoje como ontem, no desenvolvimento da formação intelectual da Companhia. O primeiro é representado pela confrontação com a cultura e pela assimilação de aspectos significativos dessa cultura. É aqui, como é sabido, que estará a maior parte do tempo dedicado aos estudos preparatórios ao exercício do apostolado universitário. O segundo momento é mais reflexivo. Prende-se às interrogações sobre os fundamentos e os pressupostos da cultura, sobre os fundamentos e pressupostos de seus diversos tipos de saber e suas respectivas linguagens, como também sobre as questões mais decisivas e universais sobre o homem, o mundo, a sociedade e a história. Este momento filosófico constituirá, também para alguns, um tempo de preparação para o apostolado universitário futuro. Por fim, o terceiro momento é representado pelo estudo da teologia, em contato privilegiado com a Escritura, com a Palavra de Deus como fonte renovadora da fé da Igreja, com a tradição e o magistério eclesial em confronto com o mundo contemporâ-

neo e com as questões que ele propõe, tanto no domínio da fé, quanto no da moral. É aqui, para alguns, que se encontrará o ponto de partida de uma formação que os tornará capazes de participar, um dia, do apostolado universitário.

Não houve mudanças significativas, como já disse, com referência às opções de base. É claro que, quando cito três momentos constitutivos em nossa formação jesuítica, como em nossa preparação apostólica, não pretendo sublinhar uma ordem de sucessão temporal, mas antes um programa de integração. Os estudos "profissionais", como às vezes são denominados, encontrarão efetivamente o seu lugar apropriado — no todo, ou em parte — depois dos estudos de filosofia e teologia. E isto não sem fundadas razões. Um período demasiado longo de estudos não explicitamente articulados com a finalidade sacerdotal e apostólica da Companhia desencadeou, não poucas vezes, num passado relativamente recente, e de maneira progressiva, certos programas de estudos desarticulados com o fim real dentro da Ordem. Um escolástico, por exemplo, que se havia engajado em seus estudos de física ou biologia para o nível de doutorado, descobriu que tinha vocação de físico ou biólogo, sem referência explícita às opções básicas que caracterizavam a vida e o apostolado da Companhia. "Perdemos", assim, mais de um jesuíta. E dentre os que nos abandonaram, mais de um, como bem o sabemos, era destinado ao apostolado universitário.

Apresenta-se, assim, a necessidade de uma fidelidade fundamental, desde já, ao movimento tradicional da formação da Companhia. No entanto, desejaria acrescentar algumas reflexões.

Permitam-me apresentar bem no início, só para lembrar, uma dificuldade que é, às vezes, lembrada: a tentação antiintelectualista nas lideranças de certos escolásticos, em certos lugares, e em certos tempos. Se não me demoro neste ponto, é que me parece poder enquadrar essa dificuldade como circunscrita e passageira, que afetou em determinados momentos diferentes países e diferentes regiões. Sendo mais de fundo afetivo que racional, um comportamento desse tipo pode, às vezes, causar reais prejuízos para o futuro do nosso apostolado. Mas pode-se supor que com mais ou menos lucidez, mais ou menos sucesso, os provinciais dos respectivos lugares fizeram frente, da melhor maneira pos-

sível, a esse clima de pouco discernimento e disponibilidade provocado por esse tipo de situações.

1. Aprofundo aqui a caracterização da primeira dificuldade. Ela se refere à diversidade de situações e mesmo de tradições entre as diversas regiões, onde atua a Companhia. Certas províncias ou regiões têm, mais que as outras, uma tradição de formação intelectual exigente, e notadamente no interior desta formação uma tradição intelectual de estudos especializados e apurados. É que a vida da Companhia e, por consequência, também a formação dos jesuítas são normalmente condicionadas pelas opções apostólicas que provêm da história e estão em consonância com as necessidades concretas da Igreja local. Uma província que deve sustentar com grandes esforços o setor de apostolado das paróquias terá, normalmente, menos motivos para engajar jovens jesuítas nos “estudos profissionais” aprofundados. Mesmo em se tratando da filosofia e da teologia, as diferenças podem ser, às vezes, significativas entre as províncias e grupos de províncias. Sobre esse ponto, no entanto, é bom recordar que uma opção clara foi tomada pela Companhia desde a 32.^a Congregação Geral e que esta opção se impôs, desde aquela data, a todas as províncias. Tendo em conta a reforma dos estudos eclesiais, que já tornaram impossível a obtenção de uma licença em filosofia em três anos e de uma licença em teologia em quatro anos, a Congregação Geral, no seu decreto 6, expressou claramente o desejo de que a maior parte dos escolásticos obtenha, ao menos, a licença num destes dois ramos.

Em virtude da importância dos estudos filosóficos e teológicos na tradição e na vida apostólica da Companhia, procurem os provinciais que, geralmente, todos adquiram a licenciatura em teologia ou em filosofia, e que aqueles que manifestam interesse e capacidade continuem os estudos com a finalidade de adquirirem um grau superior. . . (n. 38-170).

Quanto aos estudos especiais, recordando aquilo que foi dito a seu respeito na Congregação precedente, o decreto 6 da 32.^a Congregação Geral escreveu também: “Os Superiores encorajarão seriamente os estudos especiais de acordo com seu caráter apostólico. . .” (n. 43-176).

E ainda:

Promova-se também a formação nas letras, nas artes, nas ciências, na história e nos diversos aspectos da cultura da região onde deverá ser exercido o apostolado, assim como nos modernos meios de comunicação social. Como meio habitual de avaliação da formação nesses aspectos, exija-se um título acadêmico, de forma que também desse modo se torne mais fácil o serviço apostólico (n. 44-177).

Diferenças regionais, portanto, são a minha primeira observação. Poder-se-á dizer que as províncias que têm maior tradição de formação intelectual são aquelas que também desenvolveram em maior grau o apostolado universitário. Uma tal afirmação, entretanto, é verdadeira apenas em parte. De um lado, certas províncias de grande tradição intelectual não desenvolveram efetivamente, por razões históricas, levando-se em conta principalmente a situação política de seu respectivo país, o apostolado universitário. Isto, por si só, não constitui problema particular. Mas de outro lado, se outras províncias abriram um certo número de universidades, foi graças ao recrutamento externo de pessoal proveniente das províncias de origem. E não é certo que a retomada dessas instituições, assim fundadas, possa ser feita em toda parte com facilidade, visto que o recrutamento já mudou fundamentalmente.

2. Desejaria acrescentar outra observação, sobre a qual me estenderei brevemente. Ela se reporta, antes, à idade de entrada de certos candidatos na Companhia. Aqui novamente nem todas as províncias terão exatamente as mesmas dificuldades. Mas se tomarmos o caso de jesuítas na Companhia com idade relativamente avançada, será mais difícil orientar os estudos desses escolásticos de acordo com as necessidades eventuais da política apostólica da província. Pois muitos já terão decidido de maneira autônoma a orientação de seus próprios “estudos profissionais”.

3. A terceira observação que desejaria fazer é, no meu entender, a mais importante deste capítulo. Através dela, emerge uma questão mais diretamente ligada à importância do pessoal nas atividades em nossas universidades.

Já falei de províncias mais tradicionalmente engajadas na linha de uma formação intelectual aprofundada. E entre estas, conforme assinalai, encontra-se um certo número com a tarefa de levar a termo um apostolado importante. Ora, bom número dessas províncias (não todas, entretanto, a coisa é muito clara) encontram-se precisamente entre aquelas onde o recrutamento conheceu no decurso das últimas décadas um muito sensível declínio. Menos numerosas foram as entradas, mais numerosas foram as saídas. Encontramo-nos, portanto, ao menos em futuro próximo, em face de problemas extremamente complexos no domínio das escolhas apostólicas. Para dizer as coisas simplesmente, como por exemplo uma universidade importante que teria necessidade (para manter o mesmo número de jesuítas presentes) de um ou dois membros novos por ano, como essa universidade poderia esperar obter esses homens, se a província não tem mais que três ou quatro ordenações por ano? Esta formulação do problema, como sabemos, está longe de ser abstrata ou forçada em certos casos. Encontramo-nos, portanto, diante de duas perguntas que foram igualmente formuladas por alguns dos senhores: uma se refere a fechamentos eventuais, e outra se reporta à colaboração dos leigos nas nossas universidades. Direi apenas algumas palavras sobre estas duas perguntas, pois a primeira se refere, antes de tudo, à escolha a ser feita pelas províncias, e a segunda constituirá o assunto desta tarde, em outro debate. Situe-mos, brevemente, estas duas perguntas no quadro da reflexão desta manhã enquanto elas são concretamente ligadas às dificuldades de preparo de pessoal jesuítico, constatado em muitas províncias que têm apostolado universitário importante.

a) A questão dos fechamentos de instituições. Falar do fechamento de uma instituição jesuítica é, à primeira vista, falar em termos negativos. Fechar uma instituição é, na realidade, interromper um engajamento que foi assumido e no qual se verificou o dinamismo apostólico da Companhia em tal lugar. Opondo-se à continuação de uma obra de apostolado em determinada circunstância, a decisão do fechamento parece ir em sentido inverso do dinamismo e da vitalidade apostólica de uma província. Reconheçamos, humildemente, que num certo nível de observação e experiência, será freqüentemente isso, mesmo em se tratando de uma constatação provisória: tal província

não tem mais os meios de outrora para expressar sua vitalidade apostólica. Mas para não nos demorarmos nesta perspectiva abstratamente negativa, tentemos retomar as coisas numa outra linha, a partir precisamente do movimento da vida e do engajamento apostólico.

Sto. Inácio nos ensinou suficientemente em nossa reflexão, nos discernimentos, nas decisões a ser tomadas, a ordenar corretamente o fim e os meios com ordem e fineza.

O fim para a Companhia apostólica é a maior glória de Deus e o melhor serviço às almas. A escolha dos ministros e as prioridades apostólicas, em qualquer nível que se situem — local, provincial, ou de toda a Companhia —, devem referir-se a este fim. Por isso, a escolha concreta destes ministérios levará em conta, ao mesmo tempo, uma compreensão das necessidades apostólicas de tal país ou tal região, em tal momento determinado pelas circunstâncias que o caracterizem. Levará, em seguida, em consideração os meios de que dispõe concretamente a Companhia para fazer face às necessidades assim compreendidas. É assim que se exprime, na realidade concreta, a vitalidade apostólica de uma província ou de uma comunidade da Companhia. É da base de uma reflexão aprofundada sobre a realidade concreta que partem todas as escolhas a ser feitas: escolha da abertura de uma instituição ou de seu fechamento, e não importam quais as formas de escolha. Essas escolhas, quaisquer que sejam, exprimirão sempre, concretamente, a vitalidade apostólica real desta parte da Companhia, em tal momento de sua história. E não vem ao caso fazer comparações com outros momentos do passado, sobretudo se é para despertar uma espécie de amargura ao constatar o *déficit* apostólico que assim poderia manifestar-se. O que se pede aos jesuítas, em toda parte onde se aplicam a colaborar na edificação do reino de Deus, é a melhor utilização possível daquilo que eles são e de todos os seus recursos (sempre limitados) para os serviços que julgarão ser, concretamente, o melhor serviço possível.

b) É aqui, entretanto, que convém apresentar alguma coisa a respeito de nossa colaboração com os leigos. Já falei dos meios de que dispomos, dos nossos recursos de pessoal e não fiz, até este momento, menção explícita senão aos jesuítas. Ora, se este

fosse o nosso único ponto de referência, ter-nos-íamos baseado sobre uma concepção truncada da comunidade apostólica chamada a animar as obras da Companhia.

O recurso aos leigos, a partilha com eles de nossas responsabilidades apresentaram-se, com freqüência, num quadro em que o pessoal jesuítico de que dispúnhamos parecia ir, pouco a pouco, diminuindo e fazendo falta. Daí, uma concepção errada que pode persistir, no espírito de certas pessoas, de um recurso aos leigos para compensar a falta de pessoal jesuítico. Ora, a questão que é necessário analisar é de outra natureza. Trata-se de compreender o que entendemos, quando falamos de comunidade apostólica. Parece-me que o Vaticano II, ao sublinhar claramente a responsabilidade apostólica dos leigos, obriga-nos a abandonar a concepção aqui lembrada. É juntos: padres, religiosos e leigos que temos de viver, conforme as nossas responsabilidades e nossos carismas próprios, a missão apostólica da Igreja, e o que nos concerne mais diretamente, a missão do ensino da Igreja nas universidades da Companhia. Para que esta ótica seja vivida com realismo, é necessário sublinhar também que a unidade de intenção e de engajamento de uma comunidade apostólica não pode provir senão de uma comunhão espiritual entre aqueles que formam esta comunidade. Comunhão espiritual, portanto. A origem e a fonte não podem ser outra coisa senão o Evangelho de Jesus e a fé da Igreja de Cristo. Mas a comunhão espiritual, no caso das instituições de ensino da Companhia de Jesus, deve encontrar uma especificação ulterior na referência partilhada da espiritualidade de Inácio de Loyola, nas opções de base, nos princípios de ação e nos princípios educativos que dela decorrem. Trata-se, portanto, na perspectiva eclesial definida pelo Vaticano II, de como padres, religiosos e leigos podem partilhar uma missão apostólica que se origine de uma comunhão espiritual determinada e que se traduza em opções educativas comuns decorrentes desta comunhão espiritual. Não pretendo estender-me mais sobre este ponto, pois constituir-se-á objeto de ulteriores reflexões. Não é difícil, desde já, ver a importância dessa problemática. Se levarmos em conta as numerosas dificuldades e contratemplos, veremos que se trata, para nós, de um verdadeiro desafio. No entanto, constatamos também que há uma perspectiva que nos acena

com reais promessas positivas. Podemos, graças a esse novo tipo de colaboração, conservar e desenvolver em nossas instituições universitárias a qualidade e o nível de compromisso apostólico que nelas pretendemos imprimir? Seremos capazes de enfrentar o desafio que nos é proposto e, ao mesmo tempo, adotar uma concepção renovada, mais conforme com a eclesiologia do Vaticano II no que se refere às nossas comunidades apostólicas educativas?

II

Apresento, agora, o segundo capítulo de nossa reflexão. Além da análise dos fatos e das questões que deles emergem, importa perguntar como as universidades da Companhia devem assumir, no domínio das iniciativas e das decisões delas decorrentes, a responsabilidade de traçar o seu próprio destino. Este novo ângulo de enfoque de nossa reflexão foi-me sugerido por duas questões apresentadas pelos senhores: como atrair jovens jesuítas para o apostolado intelectual e para o apostolado universitário, e como atrair jovens jesuítas para o exercício de uma responsabilidade administrativa considerada atividade apostólica?

Esse tipo de questão, nós o sabemos, implica não somente uma realidade racional, mas também uma realidade de ordem afetiva, tal a natureza de impulsos provocados por essas duas questões. Não será fácil chegar a respostas firmes e tranquilizadoras.

Para tornar a nossa reflexão mais clara, configuremos o caso de uma província, onde o apostolado universitário faz parte das prioridades apostólicas conhecidas e reconhecidas, e onde o desejo dos responsáveis de continuar a sustentação e o desenvolvimento desse apostolado corre o risco de tropeçar, às vezes, nas dificuldades de ordem subjetiva apresentadas pelos jovens jesuítas. Quais seriam essas dificuldades de ordem subjetiva? Seria a pouca atração que essa forma de apostolado exerce sobre os escolásticos?

Como os jesuítas engajados no apostolado universitário poderiam, de sua parte, ajudar a superar essas dificuldades? Le-

varei em conta, na reflexão que encetamos, a formulação mais precisa da questão aqui abordada. Interrogamo-nos sobre o que poderia ser feito, tanto pela universidade, quanto pela comunidade dos jesuítas que nelas atuam apostolicamente.

Sem retornar a certos movimentos ou modismos antiintelectualistas acima evocados, que podem, em certas circunstâncias, complicar a tarefa dos responsáveis pela direção em certos países, tentarei definir, num quadro mais amplo, o tipo de obstáculo que enfrentamos nos recrutamentos de jovens jesuítas para o apostolado universitário.

Minha hipótese de base — e não se trata somente de uma hipótese, pois vejo esta convicção fundamentada, ao menos em parte, nos fatos — é a de que os jovens jesuítas desejam viver o apostolado e a vida de jesuíta tais quais foram definidos e caracterizados pela própria Companhia, principalmente nas suas últimas Congregações Gerais. Conhecemos os decretos destas últimas Congregações Gerais e somos particularmente felizes de ver ali justificado, em sua função específica, o apostolado universitário. Mas sabemos, também, quais as linhas de força que ali foram traçadas para o apostolado da Companhia e para o modo de viver dos jesuítas.

No que concerne ao apostolado da Companhia, trata-se, antes de tudo, não de escolher materiais para este ou aquele ministério, mas de uma orientação geral fixa para todos os trabalhos, para o conjunto de nosso engajamento apostólico como companheiros de Jesus no momento atual. O serviço da fé e a promoção da justiça são os marcos referenciais pelos quais a Companhia quis definir a ética fundamental de seu apostolado. E que pode esperar um jesuíta, hoje, quando enviado para a missão apostólica, senão encontrar ali um elo onde poderá, de um lado, evangelizar e formar a fé (é o serviço da fé), e, de outro, poder contribuir na medida do possível para a reforma da sociedade humana no sentido da justiça, da paz, da fraternidade, da caridade?

O apostolado universitário tem a sua natureza e exigências próprias. É necessário transmitir conhecimentos e orientar para a pesquisa no mundo em circunstâncias concretas que é o nosso. Mas há opções básicas que são igualmente transmitidas e mani-

festadas através desse lastro indispensável, que faz da universidade uma universidade. Ora, essas opções de fundo, que determinam o modo de vida e o trabalho, devem adequar-se ao serviço da fé e à promoção da justiça. Em outras palavras, tomando as coisas sob o aspecto negativo, uma universidade claramente orientada por uma ótica tecnológica e que só procura uma formação profissional de alta qualidade para o mundo de hoje, não consegue atrair os jovens jesuítas. Há, nós o sabemos muito bem, um sistema de organização do ensino que pode, de um modo ou de outro, manifestar os pontos referenciais evangélicos. Há maneiras de traduzir, tanto no interior da Companhia universitária, como na sua abertura para os serviços externos, as opções da justiça e da caridade. Há, por fim, maneiras de celebrar o mistério de Cristo com aqueles que crêem nele e jamais podem estar ausentes numa universidade da Companhia, sob pena de torná-la inepta para atrair jovens jesuítas que procuram verdadeiramente o espírito de sua vocação.

E que dizer da vida comunitária? Aqui também há exigências expressas pelas últimas Congregações Gerais e vivamente notadas pelos nossos jovens companheiros. À medida que estes procuram responder aos apelos do Espírito e às orientações da própria Companhia, dispõem-se a viver nas comunidades onde os intercâmbios permitem não somente o respeito, mas ainda o auxílio e apoio mútuos. Dispõem-se a viver, ao menos em princípio, com os seus companheiros em busca comum da fidelidade ao Espírito. As comunidades que podem atrair jovens jesuítas são, portanto, comunidades de prece, de caridade pessoalmente vivida, de comunicação expressa na verdade e atenção aos apelos de Deus nas circunstâncias onde se vive o engajamento apostólico.

Sabemos que muitas de nossas comunidades não conseguem viver em conformidade plena com esse tipo de exigência. Já não há lugar para sonhos acerca de situações ideais. No entanto, é necessário ver com realismo as transformações da vida comunitária que seriam possíveis para os jovens jesuítas, com vistas a constituir um corpo de práticas comunitárias capaz de lhes dar apoio e acompanhamento nos esforços na linha da fidelidade à sua vocação.

Certamente, haverá outros elementos, nas capacidades ou incapacidades de nossas universidades e de nossas comunidades, capazes de atrair os jovens jesuítas. Mas eu quis, deliberadamente, fixar-me nestes, porque me pareceram mais específicos e se inscrevem na própria linha daquilo que, em conjunto, somos convidados a viver. Trata-se, por isso, tanto para as universidades, como para as comunidades, de nada omitir na renovação constante das opções apostólicas e comunitárias, endereçadas a toda a Companhia.

No que concerne aos serviços administrativos, poder-se-ia, às vezes, prestar atenção a um grupo de dificuldades suplementares. O ensino, graças ao contato direto com os estudantes, pode mais facilmente ser entendido como atividade apostólica. As responsabilidades administrativas somente serão reconhecidas na sua qualidade de atividade apostólica, se transcenderem uma concepção imediatista de apostolado, em benefício de uma visão de conjunto que engloba os diferentes modos de participação numa obra comum de apostolado. Esta dificuldade de ordem administrativa não se restringe ao campo do apostolado universitário. Há muitos outros campos de trabalho, no seio dos quais se apresentam os mesmos tipos de dificuldade. Aqui, como lá, faz-se necessário compreender a instituição como trabalho de grupo, onde cada um exerce uma função necessária ao conjunto.

Poder-se-ia responder, ao menos em parte, a essas dificuldades? Parece-me que será de bom alvitre favorecer, sem demora, a descoberta e valorização das qualidades administrativas e de direção necessárias nos diferentes cargos, tanto nas universidades, como no seio do conjunto das outras instituições. Para isso, ajudariam certos estudos específicos ligados ao campo da administração. Igualmente ajudaria toda a forma mais direta de aperfeiçoamento no exercício das responsabilidades administrativas, de modo especial, das de nível superior. Para isso, qual seria o tempo mais apropriado? Não excluiria nem mesmo o período de estudos, pois sobram, às vezes, breves tempos disponíveis que poderiam ser racionalmente aproveitados neste sentido. Mas o período do magistério é o mais indicado para a maioria, pois, nessa fase de formação, inserindo-se pela primeira vez numa atividade de conjunto mais prolongado, o jovem jesuíta poderia ser levado a descobrir mais claramente e verificar

certas limitações, ou certas qualidades de que dispõe para o trabalho apostólico. E se a experiência que ele adquire neste período é suficientemente positiva, poderá desencadear uma dinâmica apostólica, cujos frutos serão colhidos mais tarde.

O período do magistério é também, em muitos casos, o tempo mais apropriado para auxiliar o escolástico a descobrir o sentido e o gosto da atividade no ensino, que, mais tarde, poderá pôr em prática com proveito. Creio que vale a pena insistir junto aos provinciais, no sentido de que o período do magistério seja dedicado, para a maioria dos escolásticos, sobretudo onde a escolha é mais recomendada pela opção apostólica da província, na exercitação do ensino e educação, não só na universidade, mas também em outras instituições de ensino.

O estímulo aos jovens para essas tarefas deve ser favorecido de todas as maneiras e passará, também, por uma série de outros canais. É bom que os escolásticos conheçam de maneira clara e precisa o trabalho apostólico da universidade e estejam informados de como essa atividade procura pôr em execução as opções apostólicas da Companhia, nas circunstâncias atuais. É bom, também, que tenham oportunidade de conhecer e de aproximar-se diretamente das pessoas engajadas neste apostolado e estabelecer com elas relações de confiança e amizade no Senhor. Isto pode ser feito de múltiplas maneiras: através de visitas ou encontros organizados com esse objetivo, ou através de reuniões mais prolongadas dentro da província. Importa promover, de todas as maneiras possíveis, o crescimento mútuo entre nós e, precisamente entre as gerações, a compreensão, o conhecimento mútuo, para aprendermos a viver melhor uns pelos outros, a comunicar-nos aquilo que nos propicia a vida e a crescer no companheirismo apostólico que a Companhia definiu desde o começo de sua história.

III

Poderia terminar aqui a minha exposição, mas foi-me apresentada uma derradeira questão. Eu a abordo, portanto, neste terceiro capítulo, que poderia ser considerado como uma espécie de reflexão anexa. Esta questão já não se refere diretamente aos

jovens em formação, mas, antes, às escolhas ou opções que cabem aos provinciais. É apenas indiretamente, através das opções globais, que são atingidas as jovens gerações, e, daí, as possibilidades de recursos com que podem contar as nossas universidades jesuíticas. Quais são, perguntaram-nos, as vantagens que podem ser assinaladas no caso de um jesuíta que trabalha numa universidade da Companhia e no caso de um que trabalha numa universidade do Estado? Mais uma vez, é claro que, frequentemente, intervém a diversidade de situações nos diversos países. Há países onde a Companhia não dispõe ou dispõe de poucas universidades próprias e onde o engajamento no trabalho universitário não pode, na maioria dos casos, ser efetuado através de uma universidade estatal. Neste caso, é oferecida aos jesuítas a possibilidade de uma penetração num meio globalmente menos preparado, mais diversificado, e portanto, impregnado de diversas ideologias, notadamente, pelas diversas formas de ateísmo ou de rejeição da fé cristã. O seu testemunho, sobre certos aspectos mais difícil e necessariamente discreto, poderá, às vezes, adquirir um valor particular. Poderá ajudar a eliminar certos preconceitos próprios de determinados ambientes e oferecer aos cristãos que se encontram nestas universidades uma espécie de pólo de referência e apoio mais significativo.

Em se tratando de universidades da Companhia, acrescenta-se, no meu entender, ao engajamento e ao testemunho pessoal o trabalho de conjunto, com uma programação que lhe determina os objetivos, a política e as escolhas. Os jovens encontrarão, aqui, mais facilmente, um ambiente impregnado de coerência e uma base de educação bem-articulada. Note-se que, mesmo em se tratando de universidade própria da Companhia, as situações poderão apresentar-se das formas mais diversas. Algumas universidades jesuíticas, em certos países, atendem quase exclusivamente a estudantes cristãos. Pode ser que universidades do Estado façam o mesmo. No entanto, em outros casos, as universidades da Companhia têm no seu estudantado larga margem de alunos não-cristãos, o que não os impedirá de encontrar, nas exigências da fé cristã e na espiritualidade própria da Companhia, princípios educativos igualmente válidos e muito úteis para o público a que se destinam. Sintetizando estas reflexões, parece-me que se pode dizer que, no caso das universidades da

Companhia, se corremos o risco de uma certa mistura de testemunhos da fé e certas dimensões institucionais menos aceitas e reconhecidas, poder-se-ão, em contrapartida, colher benefícios para a instituição, no sentido de organizar toda a programação em favor de uma educação mais globalmente coerente em relação aos princípios cristãos. Poder-se-á, mais facilmente, numa ação de conjunto, integrar a tarefa dos jesuítas de acordo com as várias capacidades, valorizando-se essa integração em conformidade com o trabalho em comum.

Percebe-se, facilmente, neste ponto, como em tantos outros, que o discernimento não se apresenta pré-fixado. Em conformidade com a diversidade das situações, as opções apostólicas e os meios de que a Companhia dispõe, será preferível orientar a política em tal sentido ou em sentido oposto, tendo sempre em vista o melhor serviço para a maior glória de Deus.

RELAÇÕES COM A IGREJA LOCAL E UNIVERSAL

Giuseppe Pittau, S.J.

A 33.^a Congregação Geral convida-nos a cultivar a disposição tipicamente inaciana de colaborar ativamente com o Sumo Pontífice e com aqueles que, com ele, dividem o múnus pastoral. “Finalmente toda a Companhia se esforce por inserir-se cada vez mais, com coragem e criatividade, na vida da Igreja, de modo a experimentar e sentir intimamente seu mistério” (CG 33.^a, n. 8).

Além disso, para o pleno cumprimento de nossa missão na Igreja, o Concílio Vaticano II nos exorta a uma “sincera colaboração com os bispos, com os outros religiosos e clero diocesano, com os demais cristãos e com os fiéis de outras religiões” (ibidem, n. 47).

Este apelo de colaboração com o Santo Padre, os bispos, o clero diocesano e outros religiosos dirige-se a todos os jesuítas, inclusive aos que atuam no apostolado universitário. Com relação às instituições educacionais, em particular, a Congregação Geral lembra:

O apostolado da educação e o apostolado intelectual devem merecer especial importância entre os ministérios da Companhia. Os jesuítas engajados nesta atividade podem exercer profunda e duradoura influência sobre os indivíduos e as sociedades. A pesquisa nas ciências filosóficas e teológicas e em todas as outras ciências, assim como nos demais campos da cultura humana, é igualmente essencial, se quisermos ajudar a Igreja a compreender melhor o mundo contemporâneo, de modo a anunciar-lhe mais adequadamente a Palavra da Salvação (CG 33.^a, n. 44).

Estas são algumas das passagens da Congregação Geral, traçando uma orientação clara no campo das relações entre as universidades dos jesuítas e a Igreja local e universal. Para obviar incompreensões, devemos enfatizar, antes de tudo, o pluralismo e a diversidade das nossas universidades nos tempos de hoje. Ainda que porfiem em alcançar o mesmo objetivo de um compromisso “com o Senhor e a Igreja, sua esposa, sob a orientação do Romano Pontífice” (Fl. 1), e de serem instrumentos de evangelização, tornando a mensagem cristã visivelmente presente no mundo das ciências, não se pode olvidar que as universidades jesuíticas estão inseridas nas mais diferentes situações nacionais, culturais, legais, políticas, religiosas, econômicas etc..., que, não raro, determinam a natureza das relações com a Igreja local e universal.

Não existe uma universidade jesuítica padronizada que possa servir de protótipo a todas, em qualquer região do mundo. As necessidades e aspirações dos diversos países tipificados por culturas e problemas específicos requerem a idéia de uma universidade jesuítica adaptada às situações particulares e às necessidades das Igrejas locais. Algumas das nossas universidades têm um corpo discente numeroso; outras contam apenas com algumas centenas de estudantes. Algumas são basicamente instituições de ensino com cursos de graduação; outras mantêm cursos profissionalizantes e de pós-graduação, com ênfase na pesquisa. Algumas são substancialmente financiadas por recursos públicos; outras operam apenas com os recursos provenientes da matrícula. Em alguns países, a ajuda federal é concedida sem compromissos recíprocos (até uma faculdade de teologia ou um seminário católico podem receber subvenções públicas); em outros, existem restrições para a alocação de fundos a uma instituição religiosa. Algumas universidades jesuíticas são pontifícias por constituição; outras são de propriedade da Companhia; outras, ainda, quer por lei, quer por livre decisão, fundamentam-se em princípios apostólico-acadêmicos: são corporações educacionais autônomas, não-lucrativas, sem vinculação judicial com a Igreja e a Companhia de Jesus. Em certos países, o direito de liberdade acadêmica é tão sagrado que qualquer conexão estatutária com um organismo externo (seja a Igreja universal ou a Igreja

local ou qualquer outro órgão) representaria uma violação a tal liberdade.

“Autonomia” ou “liberdade acadêmica” não quer dizer, no entanto, que as universidades sem nenhum vínculo jurídico com a Igreja ou a Companhia deixam de ser universidades católicas. Significa, apenas, que elas devem lutar para preservar e fortalecer sua identidade católica e jesuítica por meios diferentes dos vínculos estatutários de propriedade, de dependência ou controle. A real preocupação da Igreja e da Companhia é que a universidade católico-jesuítica permaneça tal, isto é, uma universidade a serviço do Senhor e da Igreja, um instrumento de evangelização.

O Pe. Geral já falou sobre a identidade das universidades jesuíticas e de como honrar o compromisso a esses ideais. Tentarei falar sobre um aspecto dessa identidade, a saber, as relações entre a universidade jesuítica e a Igreja.

Dois princípios devem ficar claros:

1. Podem existir universidades católicas jesuíticas com vinculação jurídica estatutária à Companhia ou à Igreja local e universal.
2. Se uma universidade deseja ser jesuítica e católica, ela não pode prescindir dessa filiação com a Igreja e com a Companhia, identificação de todas as instituições jesuítico-católicas.

O documento *A universidade católica no mundo moderno* (de 1972) define claramente as características fundamentais das universidades católicas, quer erigidas canonicamente ou não.

Uma vez que o escopo de uma universidade católica, precisamente por ser católica, é assegurar de uma maneira institucional uma presença cristã no mundo universitário, analisando os graves problemas da sociedade contemporânea, podemos apontar como suas peculiaridades essenciais:

1. Uma inspiração cristã não apenas dos indivíduos, mas da universidade como tal.
2. Uma reflexão contínua à luz da fé católica sobre o crescente manancial do conhecimento humano, o qual ela tenta enriquecer com sua própria pesquisa.

3. Fidelidade à mensagem cristã, como nos é revelada pela Igreja.

4. Um compromisso institucional de serviço ao povo de Deus e à família humana na busca do transcendente que confere sentido à vida.

No mesmo documento, também se explica: há várias categorias em que se enquadram as instituições católicas de ensino-aprendizagem superior. Enquanto a fidelidade de cada universidade católica à mensagem cristã, assim como nos é transmitida pela Igreja, envolve uma aceitação da autoridade magisterial da Igreja, em matéria de doutrina, instituições diversas, contudo, mantêm relações diferentes para com a autoridade eclesiástica, uma vez que estas relações foram determinadas ou condicionadas por muitas situações históricas e nacionais diversas. Nesta base, podem ser discernidas várias categorias de universidades católicas.

Algumas foram criadas diretamente e aprovadas pela autoridade eclesiástica, enquanto outras não. Algumas têm uma relação estatutária com essa autoridade; outras não. Essas últimas, contanto que mantenham as características essenciais de universidade católica descrita acima, não são menos católicas, quer por um compromisso formal explícito por parte de seus fundadores, dirigentes ou corpo docente; quer por uma tradição social e cultural.

Uma vez que não é necessário ter ligações estatutárias canônicas, que tipo de relação deveríamos ter com a Igreja? Vou começar com as relações com a Igreja local. A universidade jesuítica, como qualquer outra instituição dos jesuítas, é um instrumento de evangelização e, nesse projeto de evangelização, ela tem de esforçar-se por se “inserir cada vez mais, com coragem e criatividade, na vida da Igreja, de modo a experimentar e sentir intimamente o seu mistério” (CG 33.^a n. 8). Essa incorporação exige cooperação com o bispo da diocese onde a universidade jesuítica está localizada, ou com a conferência episcopal. Em alguns casos, essa cooperação é muito fácil. O próprio bispo é um homem da universidade ou, pelo menos, compreende bem o papel da universidade. Pode haver casos onde a cooperação

não é tão simples e fácil, mas mesmo nesses casos temos de nos esforçar para ajudar a hierarquia a compreender aquilo que estamos tentando fazer pela Igreja.

Aconselho igualmente um contato constante com o núncio. Ele informa regularmente a Roma (Secretaria do Estado e Congregações Romanas) sobre o estado da Igreja local e é chamado a opinar sempre que surgem problemas. Também é importante que ele tenha conhecimento dos relatórios e de outras publicações informativas sobre a universidade. Quando o reitor visita a capital, por que não incluir uma visita de cortesia ao núncio e informá-lo sobre os últimos acontecimentos da universidade? Ele sentir-se-á feliz em poder familiarizar-se com a vida da universidade.

Há programas notáveis em nossas universidades, cujos frutos, direta ou indiretamente, vivificam a mensagem cristã no mundo da cultura. Especialmente quando surgem questões controversas, seria ótimo informar ao núncio, dando-lhe o *background* e a posição da universidade sobre o caso, explicando o que podemos e não podemos fazer, as possíveis conseqüências das ações propostas, ou se a melhor política seria calar, omitir-se de todo. O núncio pode não concordar conosco, mas sentir-se-á feliz com a troca de experiências e informações e, se for necessário, será um advogado da nossa causa junto a Roma. Sei por experiência: uma vez fui convocado pelo substituto do Secretário de Estado e pela Congregação da Educação Católica. Mostraram-me um relatório extremamente favorável sobre uma universidade jesuítica em situação deveras difícil naquele momento. O relatório fora enviado pelo núncio, depois que este recebera detalhada explanação do reitor sobre a crise da dita universidade.

No que se refere às relações com as Congregações Romanas (especialmente com a Congregação para a Educação Católica) recomendo, tanto quanto possível, o mesmo tipo de relações mantidas com os bispos e os núncios apostólicos. Relatórios anuais, notícias sobre eventos especiais, boletins informativos sobre a vida universitária, cartões de Boas Festas são uma expressão de comunicação e colaboração que não requerem muito tempo e operam prodígios na criação de uma atmosfera de compreensão mútua. Se mantemos este tipo de comunicação

com outros setores da universidade: alunos, ex-alunos, benfeitores, fundações, líderes políticos... por que não fazê-lo com a Congregação da Igreja? Passando por Roma, uma breve visita à Congregação de Educação Católica e, em caso de escolas situadas em países não-cristãos, à Comissão de Propaganda da Fé, só pode render dividendos no campo da diplomacia. É sempre mais fácil lidar com as autoridades, quando as conhecemos de um contato anterior. Se não fizermos a nossa parte, de nada adianta criticar e queixar-nos de que Roma não entende os nossos problemas.

Alguns fatos concretos

Até aqui tratamos de princípios gerais. Gostaria agora de abordar alguns pontos mais concretos. O primeiro diz respeito ao leigo, sacerdotes e religiosos que ocupam posições de chefia e que ensinam ou escrevem contra a doutrina oficial da Igreja. Nos quatro anos em que estou em Roma, nossa Cúria foi contactada pela Santa Sé apenas três vezes quanto a problemas com universidades. Dois casos relacionavam-se à orientação da universidade como tal. O terceiro referia-se a um professor leigo que lecionava contra a doutrina da Igreja. Mesmo um único caso é indesejável, porque traz problemas. Por outro lado, tais intervenções não devem provocar celeuma, sabendo-se que Roma está sempre vigilante para impedir erros. Vale recordar aqui as palavras do Pe. Geral aos moderadores das Conferências Provinciais: "Na minha pequena experiência, posso atestar que os problemas nunca foram causados por sérios trabalhos de pesquisa teológica, mas sim por publicações superficiais sobre assuntos doutrinários ou acontecimentos eclesiais" (Encontro de Reitores de Conferências Provinciais — 1984).

Que atitude tomar quando um professor concursado, efetivo, transmitir princípios contrários às doutrinas da Igreja? A Igreja não pode intervir diretamente, expulsando ou tentando punir tal professor. E a universidade, respeitando a liberdade acadêmica como um dom inviolável, não pode censurar ou desligar um professor com estabilidade, por causa de sua ideologia ou quebra da ortodoxia cristã. Se a Igreja quiser intervir, para

evitar escândalos e dirimir dúvidas entre os fiéis, deveria fazê-lo estribada nas normas estatutárias e regimentais da instituição, louvando-se nos procedimentos acadêmicos oficiais.

O reconhecimento da autoridade eclesial em assuntos doutrinários não supõe em si o direito de intervenção, por parte da hierarquia, no governo da universidade ou na administração acadêmica (*A universidade católica no mundo moderno*). A justificação de uma possível intervenção da autoridade eclesiástica variará de acordo com o tipo de instituição católica envolvida. Onde a universidade apresenta um vínculo institucional com as autoridades da Igreja, aí provavelmente estarão regulamentadas as condições e modalidades a ser seguidas em caso de uma interferência por parte das autoridades eclesiásticas. Não existindo tal relacionamento oficial, a autoridade eclesiástica se pronunciará sobre a pessoa envolvida, não como lente, mas como membro da Igreja (ibidem).

Qualquer intervenção indevida por parte da autoridade da Igreja deflagraria, não apenas uma publicidade negativa, como levaria a processos judiciais, corte de subvenções públicas e dificultaria a futura contratação de professores e funcionários qualificados, maculando o impacto cultural da presença católica no universo acadêmico.

Afinal, o que pode ser feito pela própria universidade? É impossível estabelecer princípios universais válidos para todas as situações. Tentarei aduzir algumas exemplificações. Quando eu era reitor da Universidade de Sofia, enfrentei problemas similares. Certa vez, um professor católico veio a público através de artigos e conferências, preconizando certo tipo de racismo e elitismo genético. Segundo ele, uma raça geneticamente pobre deveria ser impedida de procriar, e o Estado não deveria gastar dinheiro com tal gente. A teoria do professor levantou, de imediato, uma reação dentro e fora da universidade. Alunos e professores exigiram uma tomada de posição. Fazer o quê? Pedi a um renomado docente de genética e a um teólogo que redigissem um manifesto sobre o tema. A declaração foi publicada no jornal da universidade. Esse manifesto não mencionava o autor

em suas teorias, mas tornava patente a todos que, embora a universidade não pudesse tomar medidas drásticas contra o docente, não esposava suas teorias.

Outro caso envolveu um professor médico, co-autor de um livro publicado sob o rótulo de "obra científica". Na verdade, não passava de uma publicação pornográfica. Professores tentaram convencer o colega médico a abandonar livremente o quadro de professores. Acontece que no Japão existe um sentimento muito forte de lealdade à instituição. Alguém pode não ser católico, mas, uma vez tendo assinado contrato com a Universidade de Sofia, está comprometido por um acordo de cavalheiros a perfiar a filosofia educacional da universidade. Destarte, quando surgem problemas, é o próprio colegiado de professores quem tenta contornar a situação, sem apelar a recursos legais. Nestes casos, é lealdade do professor aos ideais da instituição que impede a confrontação radical, evitando as fissuras na fachada do monumento da liberdade e dos preceitos ético-cristãos.

Países diferentes e universidades diferentes assumirão posições diferentes em tais casos. Mas a comunidade católica e a universidade, de uma forma ou de outra, deverão assumir uma atitude clara, para que seja preservado o compromisso institucional "à mensagem cristã, como nos é transmitida pela Igreja".

O novo Código de Direito Canônico

Solicitei minha opinião sobre as possíveis reações ao novo Código de Direito Canônico. Como é sabido, o Livro III, Título III (Educação católica), cap. II (Universidades católicas e outras instituições de ensino superior) tem oito cânones (807-814) e delineia algumas normas a respeito das relações entre as universidades católicas e a Igreja.

Cân. 808

Não vejo nenhuma dificuldade neste item. Não postula uma norma canônica ou um decreto especial ou sequer um documento que caracterize uma universidade católica, segundo autoridades da Igreja. Referente às universidades católicas ante-

riores ao novo Código de Direito Canônico, não se pede nenhuma alteração, pois se aceita que elas, de um modo ou de outro, tenham sido reconhecidas como instituições católicas pela hierarquia. Só um fato muito grave poderia levar a competente autoridade eclesiástica a cassar os direitos de uma universidade fundada por católicos para ensinar à luz dos princípios cristãos.

Para as novas universidades, por outro lado, acho oportuno que, antes de abrirem suas portas, recebam a chancela da autoridade eclesiástica, evitando, assim, a proliferação indiscriminada de universidades católicas. No Japão, ganhou notoriedade o caso de uma faculdade de medicina fundada por um médico católico. Os bispos não concederam o título de escola católica, porque estavam ausentes os princípios fundamentais de uma instituição católica de ensino. Daí podemos concluir que nenhuma universidade pode denominar-se jesuítica sem a competente aprovação do superior da Companhia de Jesus.

Câns. 809, 810, 811, 813, 814

Também aqui não encontro restrições. Declara-se abertamente que a relação Igreja-universidade deve respeitar os princípios de liberdade acadêmica e harmonizar-se com os estatutos da universidade. Estes cânones podem ser encarados como um apelo à Igreja e à universidade no sentido de encontrarem pontos de apoio mútuo e de cooperação, resguardando sempre as características fundamentais da universidade.

Cân. 812

Confesso que acho este postulado um tanto vago e ambíguo. Afinal, o que se entende por “qualquer tipo de instituição de ensino superior”? Qual é a definição de “disciplina teológica”? O que significa um “mandato”? Alguns sustentam que o cân. 812 se refere a países como a Polônia, onde as instituições religiosas seguidamente enfrentam injunções governamentais.

Este cânon, se interpretado estritamente, pode levar as universidades a redefinir seus cursos de teologia, chamando-os de cursos de religião ou de catolicismo. . . Se o cânon for implementado ao pé da letra, criará embaraços acadêmicos legais, di-

minuindo a influência das universidades católicas. Creio que a compreensão recíproca entre a Conferência dos Bispos e as universidades pode conduzir a uma solução aceitável.

Colaboração mútua

Falamos acima de relacionamento jurídico, leis canônicas, liberdade acadêmica, autonomia jurídica e expressões similares. Não falamos ainda da relação primordial, a relação de cooperação mútua, de confiança e respeito recíproco. A Igreja precisa da universidade católica especialmente para garantir a presença visível de Cristo e a difusão do Evangelho no mundo cultural. Precisa da universidade para estabelecer diálogo fé-ciência.

Uma das principais tarefas da universidade católica é acentuar a importância da teologia no conhecimento humano e, reciprocamente, tornar todo o conhecimento humano relevante à teologia, estatuidando o respeito entre as disciplinas. A pesquisa nas universidades católicas também deve constituir-se num auxílio valioso à Igreja, instrumentando seus líderes com uma melhor formação científica para as decisões na pastoral e para as manifestações doutrinárias e morais do magistério nos nossos dias. A Congregação Geral 33.^a fala dessa colaboração, quando diz que “a pesquisa em todos os setores da cultura humana é essencial se quisermos ajudar a Igreja a entender melhor o mundo contemporâneo” (CG 33.^a, n. 44).

O papel das universidades católicas é também vital para o diálogo ecumênico, para o diálogo com credos não-cristãos, com não-crentes e ateus. A universidade oferece um lastro propício para um real diálogo, porque é aceito, sem reservas, que liberdade e sinceridade são condições indispensáveis para toda a pesquisa autenticamente acadêmica, para um diálogo verdadeiramente sincero.

As universidades católicas também podem ser instrumentos válidos de aculturação da mensagem cristã, promovendo o intercâmbio com a cultura local e anunciando a Boa Nova de um modo mais eficiente.

E, finalmente, a universidade católica deveria ajudar a examinar as causas de certos males do mundo contemporâneo, como: a guerra, fome, injustiça, crime, droga etc... procurando respostas para tais calamidades.

A universidade católica igualmente necessita do apoio, da confiança e da cooperação da Igreja, não apenas para afastar tensões indesejáveis e conflitos mas, especialmente, para ser lembrada de sua missão evangelizadora e encorajada na busca da verdade para o diálogo e a aculturação.

Em suma, a universidade precisa da Igreja para o atendimento pastoral aos professores, funcionários, alunos e ex-alunos. Necessita da Igreja e das congregações religiosas para dar assistência ao pessoal qualificado que, através da vida, ensinamentos e pesquisa cristãos, tornam compreensível a mensagem de Cristo. E devo dizer, também, que em muitos países a universidade católica precisa da Igreja para defender a liberdade acadêmica contra a interferência governamental.

No meu entender, um dos maiores serviços que os reitores das universidades jesuíticas podem prestar à Igreja e às universidades católicas é acalantar um ambiente no qual possa vingar e florescer esse relacionamento de confiança e respeito mútuo, de apoio recíproco e cooperação.

A COMUNIDADE JESUÍTICA EM UMA UNIVERSIDADE DA COMPANHIA

Urbano Valero, S.J.

1. Introdução

O intento desta exposição é explanar a questão da função própria de uma comunidade jesuítica em uma universidade da Companhia, descobrir e formular problemas relativos a esta função e tratar de proporcionar elementos para uma discussão útil sobre os mesmos. Não pretendi formular conclusões, mas espero que algumas possam ser deduzidas depois do intercâmbio e da discussão que se seguirão.

Minha exposição desenvolver-se-á nos seguintes passos:

- 1.º Descrição da situação de fato, em que se explana a questão e exame dos problemas que suscita.
- 2.º As perguntas pela função própria do grupo de jesuítas em uma universidade da Companhia.
- 3.º Que fazer para a sua realização.
- 4.º *Formulação* de alguns problemas particulares.

Antes de entrar no desenvolvimento destes pontos, gostaria de fazer *duas advertências*. A primeira liga-se com a dificuldade de formular enunciados que, inclusive descritivamente, valham para todas as situações, dada a profunda diversidade das mesmas. Quero dizer que, em conexão com isto e sem me limitar exclusivamente a ele, tive particularmente presente o modelo de vinculação institucional mínimo entre a Companhia e a universidade, e é aí onde tratei de explanar as questões. Parecia-me que, iluminando as suposições mais difíceis, resultaria mais fá-

cil passar delas para as menos complicadas. Contudo, a reflexão montada sobre aquele caso não pretende ser extensiva diretamente e sem acomodações para os demais casos.

Como segunda observação, quero dizer que o conjunto da exposição pode resultar mais problemático que afirmativo. Talvez isto seja um reflexo da realidade, enquanto são mais os problemas que se oferecem do que as soluções existentes, ao menos quanto à sua urgência e aplicações generalizadas. Mas ao formular os problemas, procurei criar um modelo de exposição que nos permita discorrer corretamente sobre os mesmos para buscar as soluções.

2. A situação de fato e seus problemas

A *situação ou suposição de fato*, sobre a qual vamos discorrer e interrogar-nos, compõe-se de dois elementos:

- A existência de uma universidade (ou centro de estudos superiores) de cujo funcionamento e desenvolvimento é responsável institucional e corporativamente a Companhia.
- A existência de uma comunidade jesuítica, vinculada especialmente à universidade, enquanto seus membros receberam a missão de trabalhar na universidade e realizar nela as finalidades institucionalmente pretendidas pela Companhia.

Analisaremos mais detalhadamente cada um destes dois elementos:

2.1. *A vinculação da universidade com a Companhia* pode realizar-se de diversos modos, que implicarão diferentes competências e responsabilidades desta a respeito daquela. Pode suceder, com efeito, que a universidade seja de propriedade da Companhia; ou pode suceder que, mesmo sem pertencer-lhe propriamente, sua gestão lhe tenha sido encomendada institucionalmente. Pode suceder também que a mesma Companhia tenha procedido a uma objetivação institucional da universidade, pela qual esta se desvincula daquela, mantendo, contudo, uma

responsabilidade e uma vinculação de fato, possivelmente também garantida mediante certas medidas estatutárias. Pode suceder, além disso, que a Companhia compartilhe a sua vinculação com a universidade com outras instituições, também vinculadas com ela e co-responsáveis pelo seu funcionamento.

Creio que no âmbito mundial de nossas universidades é possível encontrar exemplos reais de cada uma das alternativas enunciadas; e, seguramente, de algumas mais. Isto significa que o conceito de “universidade da Companhia” cobre de fato realidades distintas entre si, não só nos aspectos de organização e funcionamento, como também em algo mais profundo, como o é a relação da universidade com a Companhia. Neste aspecto, o modelo não é único, nem muito menos. Isto dificulta muito falar em termos gerais, ao menos em determinados níveis, quando se vai além do que há de comum em todas estas situações. A todas elas chamaremos aqui, de forma simplificada e convencional, “universidades da Companhia”.

Mas, por sua vez, *há em todas algo de comum*, que permite que nos refiramos a elas de forma conjunta e unitária, mesmo conhecendo as profundas diferenças existentes. Este elemento comum é dado pelo fato de que a Companhia está comprometida institucionalmente — de um modo ou de outro — no funcionamento da universidade e de que a razão deste compromisso e da conseqüente responsabilidade da Companhia na universidade é sua intenção de realizar, por meio dela, determinados aspectos da sua missão. Sejam quais forem as formas que estruturam a relação da Companhia com a universidade, da qual, ainda que seja só de fato, é responsável institucionalmente, a realidade é que a Companhia está tratando de realizar, por meio da universidade e de acordo com as características institucionais que lhe são próprias, alguns aspectos de sua missão. Isto conduz à conclusão de que qualquer tipo de universidade, do qual a Companhia seja institucionalmente responsável, é para ela — ao menos em sua intenção — *uma instituição apostólica*, a serviço de sua missão.

Creio que, com a diversidade de significados que esta afirmação pode ter ao projetar-se sobre a realidade, o que nela se diz é o mínimo que de comum teriam todas as chamadas uni-

versidades da Companhia. Isto tem uma grande importância para colocar nosso tema e para orientar as soluções dos problemas que podem ser suscitados.

2.2. O segundo elemento da suposição que contemplamos, a *conexão da comunidade jesuítica com a universidade*, apresenta também, em si mesmo, alguns problemas que convém ser examinados.

a) Em primeiro lugar, não seria de admirar se alguns perguntassem *se se pode falar de uma comunidade jesuítica* no sentido de atribuir-lhe a responsabilidade de uma obra apostólica, nos termos em que começamos a fazê-lo aqui. Mais concretamente, alguns poderiam perguntar se se pode dizer com rigor, conhecendo bem a estrutura da Companhia, que uma determinada comunidade é responsável por uma obra apostólica. Estou ciente de que este enunciado pode parecer chocante; mais ainda depois do relevo que conquistou a comunidade local a partir das últimas Congregações Gerais. Contudo, não se pode desconhecer que a realidade comunitária verdadeiramente relevante na concepção inaciana, tal como está expressa nas Constituições, é a Companhia total, o que chamamos e Inácio chama de “o corpo da Companhia”; a comunidade local, sendo certamente o lugar concreto onde se cultiva e se desenvolve toda a riqueza das relações interpessoais dos “amigos no Senhor”, tem um significado relativamente débil. A própria Congregação Geral 32.^a (D.2, n. 15-16) reflete esta concepção.

Há, contudo, nesta situação um fato, cuja força e cujo significado não se podem desconhecer: a presença de um número de jesuítas na universidade que freqüentemente formam comunidade e que são enviados em missão pela Companhia, para realizar o serviço apostólico que ela quer realizar por meio da universidade, em cumprimento de sua missão. Será suficiente este fato para fundar uma relação especial de responsabilidade corporativa dessa comunidade, como tal, com respeito à universidade? Ou será preciso criar uma relação, mediante uma declaração da autoridade competente, pela qual se confia a obra apostólica à comunidade, enquanto tal, presidida por seu superior? Trataremos de responder a estas perguntas.

b) De certo modo e com as peculiaridades de cada caso, estas mesmas perguntas poderiam ser formuladas com respeito a qualquer comunidade relacionada com uma obra apostólica da Companhia. Mas no caso das universidades, há novos aspectos que complicam a questão. Com efeito, é um fato hoje em dia generalizado na Companhia, no âmbito das universidades, a *separação entre comunidade jesuítica e a universidade*. Não se trata apenas de uma separação local, ou de uma separação contábil e administrativa, ou inclusive jurídica e patrimonial, nem de uma mera diversidade de autoridades, a acadêmica e a religiosa, e dos canais e procedimentos respectivos de sua atuação. Trata-se, ao menos não em poucos casos, de uma verdadeira separação e distinção institucional. Em geral, as universidades da Companhia estão dotadas de entidade e personalidade próprias, distintas e independentes das comunidades jesuíticas, relacionadas com elas. Inclusive, em certos casos, não poderiam ser consideradas legitimamente como entidades pertencentes à organização da Companhia, embora tenham sido promovidas e criadas por ela, mesmo quando são instituições por meio das quais a Companhia está realizando sua missão apostólica.

É certo que a situação de nossas universidades não é a mesma em todos os pontos nesta parte. Contudo, na medida em que isto é assim, resultará mais ou menos difícil explicar e estruturar a relação específica da comunidade jesuítica com a respectiva universidade. Poderia, inclusive, resultar contraditório — ou, ao menos, ambíguo — proceder, por um lado, à objetivação institucional e funcional de nossas universidades e pretender, por outro lado, a existência de uma relação peculiar das mesmas com uma comunidade jesuítica concreta, que se traduza em um particular influxo da comunidade na universidade. Será contudo possível pensar nesta relação?

Para conseguir explicações corretas neste ponto, será necessário ter sempre presente o grau e as modalidades concretas da objetivação institucional e funcional da universidade em cada caso. Cada um destes pode iluminar outros que sejam semelhantes; mas não seria legítimo generalizar, sem mais, em um sentido ou noutro, conclusões deduzidas de um caso concreto.

Mas, além das diferenças particulares, que podem ser facilmente apreciáveis à primeira vista, há, certamente em nossas universidades, alguns fatos comuns que possibilitam a explanação da relação comunidade-universidade e oferecem uma base inicial, também relativamente comum, de solução. Estes fatos são principalmente dois, já antes parcialmente aludidos. Por uma parte, o fato de que a Companhia mantém e dirige suas universidades unicamente como meios através dos quais está tratando de realizar sua missão. Por outra parte, o fato do envio de um grupo de jesuítas para realizar conjunta e coordenadamente, realmente como grupo, a missão da Companhia na universidade; a Companhia os mantém em missão na universidade porque se serve deles para realizar nela a sua missão. Este duplo fato, ainda quando fique muito diversamente concretizado e matizado nos diversos casos e ainda quando a intensidade da presença do mesmo possa ser muito diversa nas diferentes situações, legitima em todas elas a colocação da pergunta sobre a relação do grupo de jesuítas com a universidade, independentemente da diversidade de respostas possíveis.

c) Há, finalmente, *outro aspecto problemático* — e quem sabe seja o único não mencionado — na explanação da relação da comunidade jesuítica com a universidade. Sua formulação é muito simples, mas os problemas que suscita podem não ser cômodos nem fáceis de resolver na prática. De algum modo, coloca o problema de determinar o que entendemos por comunidade jesuítica, ao falar de comunidade relacionada ou vinculada a uma universidade. Pois, seguramente não são excepcionais os casos de universidades da Companhia nas quais estão realizando sua missão várias comunidades de cada vez. Nem seriam raros os casos de jesuítas singulares que trabalhem em missão em universidades da Companhia, sem pertencer a comunidades especialmente vinculadas com essas universidades. Ante estas situações: qual é a “comunidade jesuítica cuja relação com a universidade estamos tratando de explicar e de definir? Salvas as diferenças das situações concretas, parece que, em coerência com os fatos anteriormente aduzidos para legitimar a explanação desta relação, deveria ser entendida como “comunidade jesuítica”, neste caso, o conjunto de jesuítas que, em missão da Companhia, trabalham na universidade, embora pertencem

am a comunidades de vida distintas. Tratar-se-ia, melhor, da “comunidade de missão” ou “comunidade apostólica”; já que a razão primordial da relação do grupo de jesuítas com a universidade é precisamente a sua missão apostólica, trabalhando corporativamente nela. Porém este ponto pode ser objeto de intercâmbio e discussão, como também outras questões práticas com ele relacionadas.

3. Suposto, pois, que no caso em que em uma universidade da Companhia — no sentido amplo descrito ao princípio — há um grupo de jesuítas em missão, é legítimo propor a relação desse grupo de jesuítas, como tal, com a universidade e perguntar pela *função deste grupo na universidade*.

3.1. *Terá este grupo, como tal grupo, alguma função especial* com respeito à universidade à qual foi enviado?

É claro que cada um dos jesuítas que desenvolvem sua missão apostólica na Universidade tem nela uma missão específica; mas aqui perguntamos pelo grupo como tal. Pareceria, de entrada, que a pergunta é supérflua e meramente retórica, porque a resposta afirmativa parece excessivamente óbvia. Contudo, pode ser perigoso saltar com excessiva rapidez e com excessiva facilidade para a resposta afirmativa. Ao menos, para compreender melhor o verdadeiro sentido da mesma, convém examinar precisamente alguns aspectos estruturais das universidades da Companhia, que tocam realmente na função que se supõe possa ter nelas o grupo jesuítico.

Não se pode passar por alto, em primeiro lugar, o fato, já repetidamente aludido, da *autonomia das universidades*, com respeito a tais grupos; uma autonomia que não é meramente funcional, mas institucional. A universidade é independente do grupo jesuítico, e todo o seu funcionamento está em geral previsto nos estatutos, sem nenhuma referência àquele grupo. A estrutura formal e o roteiro de funcionamento de nossas universidades desconhecem estatutariamente o grupo de jesuítas que trabalha nelas.

Por outra parte, nossas universidades estão abertas para a presença e ação de não-jesuítas; presença e ação que não são

auxiliares e subsidiárias do grupo jesuítico, mas consideradas e tratadas em condições de igualdade com ele em todos os aspectos, enquanto estas condições prescindem, ou não, da qualidade de jesuíta dos membros da universidade, e são iguais para todos.

Se esses dois fatos são tomados suficientemente a sério, não parece que se torne supérfluo perguntar se o grupo jesuítico que trabalha em uma universidade da Companhia tem uma função específica nessa universidade. E pode não ser fácil fundamentar a existência dessa função e concretizar seu conteúdo. (Pode ser sintoma disto a dificuldade que talvez experimente um presidente/reitor jesuíta de uma universidade da Companhia, consciente de sua autonomia estatutária e da igualdade de condições de jesuítas e não-jesuítas nela, em reconhecer uma função específica do grupo jesuítico. Seria também muito interessante conhecer se um reitor/presidente não-jesuíta de uma universidade da Companhia reconhece ao grupo jesuítico, enquanto tal, alguma função especial na universidade).

Contudo, os fatos fundamentais implicados na situação emergem de novo e podem ajudar-nos a encontrar uma primeira resposta. É fundamental também aqui o fato de que as universidades da Companhia, no sentido descrito, são, como também já dissemos, instituições através das quais ela pretende realizar sua missão: são instituições apostólicas. Por isso, a Companhia, seja qual for a organização estritamente funcional de suas universidades, não pode, ao menos, estar realmente presente nelas, para conseguir a realização de sua missão apostólica. É óbvio que esta presença, embora respeitando os canais e os mecanismos estatutários, faz-se efetiva por meio do grupo de jesuítas enviados em missão à universidade. Neles, como grupo, faz-se especialmente visível e por seu meio trata de fazer-se operativa a presença institucional da Companhia em suas universidades. Os não-jesuítas viriam a associar-se, inclusive em condições de igualdade em muitos e importantes aspectos, ao grupo de jesuítas, aos quais primordialmente corresponde a função aludida.

3.2. *Em que consiste mais concretamente esta função?*
O núcleo da mesma, como acabamos de dizer, consiste em contribuir, como grupo, além da tarefa individual que desenvolve cada um de seus membros, para que a universidade realize a

missão apostólica que a Companhia pretende realizar por meio dela. Este núcleo desenvolve-se e concretiza-se em uma série de aspectos que serão apontados a seguir.

Primeiramente, *assumir esta intenção apostólica* da Companhia na universidade, fazendo-a presente e operativa nela, como memória permanente e expressão viva da vontade missionária da Companhia na universidade. Isto seria o típico da função do grupo jesuítico em uma universidade da Companhia. Não queremos dizer que os jesuítas não podem realizar ou não realizam de fato também esta função. Mas creio, contudo, que se pode dizer que a Companhia confia diretamente aos jesuítas na universidade assegurar as finalidades propriamente apostólicas da mesma, que vão embebidas em sua própria atividade, e aos não-jesuítas, associa-os, sobre uma base de igualdade funcional, aos jesuítas neste mesmo intento ou os incorpora no desenvolvimento de atividades que são necessárias para consegui-lo. Em virtude deste encargo direto, corresponderia aos jesuítas, em primeiro lugar, manter viva na universidade a intencionalidade apostólica da Companhia.

Um segundo aspecto da função peculiar do grupo jesuítico nas universidades da Companhia é o de *servir de transmissores dessa vontade missionária* da Companhia na universidade aos colaboradores não-jesuítas. Não me refiro, neste momento, a uma transmissão por via autoritária. Penso, antes, em uma comunicação de tipo iluminativo e operativo, através de fatos por si mesmos eloquentes, como a própria maneira de orientar e de realizar o trabalho universitário com sentido de missão apostólica; através dos objetivos pretendidos, através dos valores que se trata de descobrir, de tornar presentes e de comunicar na ocupação própria da vida universitária, através da qualidade das relações humanas que se criam e se fomentam na universidade da Companhia. Creio que essa comunicação da intencionalidade apostólica aos colaboradores não-jesuítas de uma universidade da Companhia é algo realmente devido a esses colaboradores, para que eles possam associar-se a ela no grau correspondente. Realizar esta comunicação de maneira oficial e autoritativa será incumbência da autoridade universitária competente. Mas fazê-lo de modo vital, não-oficial, através das múltiplas relações e atividades que formam o tecido da vida universitária, é tarefa e in-

cumbência de todos os jesuítas enviados pela Companhia para realizar a missão apostólica própria da universidade. Mas creio que se possa dizer: em certas circunstâncias, nas quais o número de jesuítas nas universidades da Companhia é desproporcionalmente minoritário e a efetividade apostólica das mesmas depende em grande medida do trabalho e da união dos não-jesuítas, este aspecto da função do grupo jesuítico alcança uma importância de primeira ordem. Dele depende realmente a efetividade apostólica de nossas universidades.

Finalmente, *tornar operativa esta vontade*. Novamente prescindimos aqui dos canais e procedimentos do exercício da autoridade para consegui-lo. Fixamo-nos em tarefas e ações que estão ao alcance e são incumbência de cada um. O peculiar do grupo jesuítico na universidade é realizá-las com a intencionalidade apostólica que a Companhia tem. Seleção e realização de programas de investigação e de ensino; iluminação dos mesmos com a luz do Evangelho, sem violentar nem adulterar as idéias nem os métodos próprios de cada disciplina; elaboração e comunicação viva, através da atividade acadêmica, da imagem do homem e do mundo tal como Deus os quer; formação dos alunos, de acordo com o quadro de valores e as pautas de comportamento que integram esta imagem ou dela derivam. Em uma palavra, tratar de tornar realidade, através dos múltiplos aspectos da vida universitária, a intencionalidade apostólica da Companhia em suas universidades.

Tudo isto, com o estilo e o ar próprio que a espiritualidade inaciana e a tradição educativa universitária da Companhia deram aos jesuítas.

Ao concluir o desenvolvimento dos principais aspectos da função própria do grupo jesuítico em uma universidade da Companhia, mesmo realizado em termos formais e abstratos, como temos feito, poderia ser interessante perguntar pelo grau de qualidade e intensidade da presença jesuítica em nossas universidades — o que não vai necessariamente ligado ao número de jesuítas, embora a questão do número em seus níveis mínimos não seja sem importância —, adequado para a realização daqueles aspectos. Como também poderia ser interessante recordar a nós mesmos — particularmente quando estamos em tempo de

elaborar as estruturas e os canais de funcionamento da vida das universidades da Companhia — que estas estruturas não são neutras, nem todas são igualmente aptas para possibilitar e facilitar a realização nelas do propósito apostólico da Companhia. Fiquem estes temas simplesmente mencionados. É bem sabido que são sumamente complexos, e sua exposição não nos compete agora.

4. Que fazer para que o grupo jesuítico realize sua função na universidade?

4.1. Em primeiro lugar, é preciso *conseguir uma acertada definição desta função*, compartilhada por todos, como marco de compreensão, de inspiração e de orientação das atividades que se programarem e se empreenderão para realizá-la. Sem esta adequada compreensão, não é possível chegar a determinar acertadamente as tarefas a realizar e as responsabilidades a assumir. E, enquanto esta compreensão não chega a ser compartilhada, não será possível planejar ações comuns ou solidariamente respaldadas por todos.

Para poder formular acertadamente esta definição, é preciso conhecer bem as finalidades pretendidas pela Companhia, por meio da universidade. Isto requer indispensavelmente conhecer adequadamente qual é a missão e conhecer as possibilidades reais que oferece a universidade para a sua realização. É novamente esclarecedor a este respeito o que nos diz a Congregação Geral 32.^a a propósito da educação e do apostolado intelectual de “qualquer gênero e nível”: “Seus trabalhos, se são levados a cabo à luz de nossa missão hoje, contribuem vitalmente para a libertação plena e integral do ser humano, que conduz à participação na própria vida de Deus” (GG 32.^a d. 1, n. 44). É este nexos ou relação entre a missão da Companhia e o trabalho da universidade que se deve descobrir e formular, para fazer com que a universidade sirva efetiva e concretamente a essa missão. Isto requer reflexão: não uma reflexão meramente teórica e abstrata (embora possa ser útil o esclarecimento da mesma com alguns elementos teóricos); mas uma reflexão ra-

dicada na realidade concreta da cada universidade e na relação desta com seu ambiente social e religioso. Trata-se de uma reflexão que ajude a realização da missão da Companhia na universidade. Não é substancialmente diferente da reflexão e discernimento sobre o modo concreto de realizar a missão da Companhia em suas respectivas tarefas, que as Congregações Gerais 32.^a e 33.^a pedem a todo jesuíta em qualquer atividade apostólica. No nosso caso, esta reflexão-discernimento é imprescindível para conseguir e manter atualizada, em forma operativa, a função do grupo jesuítico na universidade. Esta formulação ajudará a dinamizar o grupo jesuítico na realização pessoal e corporativa da sua função na universidade; enquanto sua falta terá como consequência inevitável o desentendimento e distanciamento do grupo jesuítico de sua função na universidade, seja por falta de clareza e de motivação em suas ações, seja por frustração ao comparar a defasagem entre as expectativas e os resultados daquelas.

4.2. Para que o grupo jesuítico realize sua função na universidade, é necessário, além disso, fazer todo o possível para *manter permanentemente vivo o interesse efetivo dos jesuítas* pela realização desta função. Não é muito raro ouvir que a participação dos jesuítas que não têm cargos diretivos no conjunto da vida dos centros educativos (não somente nas universidades) mais além das tarefas concretas próprias de cada um é, em ocasiões, menos intensa e rica do que seria de desejar. Se se quer que os jesuítas que trabalham nas universidades da Companhia cumpram como é devido sua missão nelas, tal como a temos descrito, é necessário estimular seu interesse pelo cumprimento dessa missão; é necessário criar e manter neles um sincero e comprometido sentido de co-responsabilidade nessa missão.

Para isso contribuirão muito mais eficazmente determinados fatos e procedimentos que meras exortações. As Congregações Gerais 31.^a (D. 17, sobre a obediência, e D. 19, sobre a vida de comunidade) e 32.^a (D. 4, sobre nossa missão, e D. 11, sobre a união dos ânimos) recolheram e sistematizaram esses procedimentos. A Congregação Geral 33.^a (D. 1) confirmou-os e esclareceu-os, declarando-os como elementos próprios de nosso modo de proceder. Tais fatos e procedimentos são: a informação, sem a

qual é impossível suscitar, nem sequer inicialmente, o interesse; a consulta e reflexão comum sobre problemas importantes da vida na universidade, em relação com suas finalidades apostólicas; a avaliação da vida da universidade nestes mesmos aspectos; a proposta ou sugestão de ações oportunas para realizar estas finalidades.

É claro que toda esta atividade, que poderia ser subassumida sob o conceito geral de discernimento apostólico realizado pelos jesuítas que trabalham na universidade, deve ser levado a cabo de tal modo que não interfira ou suplante os canais e procedimentos de decisão próprios da vida universitária, tal como foram desenhados nos estatutos, nem conduza à transformação do grupo jesuítico em grupo de pressão ou grupo privilegiado na universidade. O risco destas coisas é certo, mas, assim mesmo, por uma parte, é necessário evitá-lo escrupulosamente e decididamente, e por outra parte, esse risco não deve levar à inibição em fazer o que se julga necessário para ajudar e estimular os jesuítas a realizar sua função na universidade. Trata-se de coisas e de âmbitos distintos, embora estejam estreitamente relacionados entre si. Mantendo cuidadosamente a distinção e evitando suplantações e interferências indevidas, essas atividades do grupo jesuítico beneficiarão positivamente a vida da universidade. Cada um dos jesuítas se terá enriquecido e motivado o desempenho de sua missão, e as diretivas jesuíticas da universidade, nos diversos níveis, ter-se-ão beneficiado dos conselhos e sugestões de seus irmãos, aos quais a Congregação Geral 32.^a (D. 11,29) manda estar de todo abertos para o correto desempenho de seu cargo. Isto é, em todo o caso, imprescindível para poder fazer do grupo jesuítico uma equipe apostólica na instituição universitária.

4.3. Isto supõe ou requer que os *jesuítas assumam*, de fato, expressa e ativamente como missão sua na universidade, *todos esses aspectos* que procurei apresentar. Não é que suponha, ou suspeite, ou tema o contrário. Mas a dinâmica mesma da divisão do trabalho e das responsabilidades na vida universitária pode levar alguns a um amortecimento ou a uma desistência subjetiva na responsabilidade pelos aspectos mais significantes da missão da Companhia na universidade. Assim como

a distinção de funções, tarefas e responsabilidades entre o grupo de direção e administração em uma universidade e o corpo acadêmico de puros professores e investigadores pode levar, por força da vida mesma, a uma diversidade de interesses e de preocupações, pode suceder também que alguns jesuítas não responsáveis pessoalmente por funções diretivas na universidade vivenciem a totalidade de sua função na mesma, reduzindo-a ao cumprimento de tarefas acadêmicas ou auxiliares. Na realidade, nenhum jesuíta deveria sentir-se dispensado de sua responsabilidade e de seu compromisso com o conjunto da missão da Companhia na universidade.

5. Duas questões finais

Não devo concluir esta exposição sem referir-me a duas questões que, ao menos de um ponto de vista prático, têm grande importância para a realização da missão da Companhia, por meio de suas universidades, através do grupo de jesuítas enviado às mesmas. Uma refere-se à conexão do que foi dito com o "superior" do grupo jesuítico, no sentido que explicarei em seguida. A outra refere-se à conexão de tudo o que foi dito com os não-jesuítas, com os leigos, que também trabalham em nossas universidades.

5.1. Como disse anteriormente, em nossas universidades e nas comunidades relacionadas com elas há uma *clara distinção entre superior da comunidade e reitor/presidente da universidade*. Os campos de atuação de cada um e as funções correlativas são distintas: ao superior corresponde a condução da comunidade, enquanto ao reitor/presidente corresponde a condução da universidade, que é uma instituição apostólica. Sobre o fato desta distinção, coloca-se o problema de determinar a quem corresponde a condução do grupo jesuítico em relação com o cumprimento de sua função apostólica específica na universidade. Ou, se o problema não deveria ser colocado em termos exclusivos, pergunta-se que aspectos da condução da comunidade em sua função apostólica correspondem ao superior e quais os que correspondem ao reitor/presidente e como teriam de relacionar-se um e outro entre si.

Nesta matéria, há algumas "Orientações sobre a distinção entre o diretor de obra e superior e sobre suas mútuas relações", dadas por Pe. Arrupe, a 31 de dezembro de 1976.

Estas diretivas estabelecem *alguns princípios fundamentais* na matéria, que são:

a) O caráter unitário do governo da Companhia, que abarca *per modum unius* todos os aspectos da vida religioso-apostólica de todo o corpo e de cada um dos membros, tanto na vida das comunidades como no funcionamento das obras apostólicas, pelo que se há de manter a máxima unidade possível, mesmo localmente.

b) Seja qual for a diversidade de funções no governo, dar-se-á em cada uma delas, embora de forma diversa, todos os aspectos característicos do governo da Companhia: atenção às pessoas e orientação para o fim apostólico.

c) Os jesuítas enviados a trabalhar juntos em uma obra sob a direção de um deles, dividem, sob esta direção, a responsabilidade da missão da Companhia nessa obra.

d) Toda a comunidade de jesuítas é uma comunidade apostólica, e a primeira responsabilidade do superior é vigiar para que a comunidade realize este caráter; e isso, mesmo que não exerça pessoalmente a direção da obra.

Destes princípios fundamentais, derivam-se nas "Orientações" algumas importantes características de ambos os cargos e algumas normas de funcionamento de cada um e da relação entre eles.

a) O diretor da obra recebe da Companhia a missão de levar adiante a obra, na qual corporativamente estão comprometidos outros jesuítas; pelo que, por isso mesmo, recebe da Companhia autoridade e responsabilidade com respeito à equipe de jesuítas que colaboram com ele, sobre os quais tem "uma autoridade muito real", delegada pela Companhia. Embora essa autoridade não inclua plenamente o cuidado pessoal, próprio do superior, o diretor deve tomar todo o cuidado possível sobre as pessoas de seus irmãos religiosos, membros da equipe

apostólica. “No mais das vezes, o diretor de uma obra, inclusive quando esta é autônoma com respeito ao superior, tomará cuidado para não considerar sua função como uma função puramente administrativa, acadêmica e profissional”.

b) O superior, por sua parte, deve cuidar para não entender o seu papel como estranho à obra apostólica.

Por conseguinte, trata-se, nesta visão das coisas, de dois cargos, distintos e com funções próprias, mas intrinsecamente relacionados entre si, que, com sua especificidade própria, incluem aspectos e funções um do outro e não podem ser exercidos adequadamente a não ser em uma estreita colaboração e complementaridade.

c) Dessas características básicas de cada um dos dois cargos, as “Orientações” deduzem o papel respectivo de diretor e de superior na organização de um discernimento comum sobre a obra apostólica (corresponderia esta ao diretor no caso de uma equipe de jesuítas que trabalham na obra, sem formar uma única comunidade; enquanto corresponderia ao superior, quando a comunidade é uma só ou há várias dependentes de uma delas) e a necessidade de organizar praticamente e em concreto os canais e procedimentos de mútua colaboração.

Essa parte central das “Orientações”, que tratei de resumir, concluí com o seguinte parágrafo: “Em geral, dada a novidade de não poucos problemas que surgem neste campo da distinção entre diretor de obra e superior, é preciso um ‘processo de educação mútua’ de todos os que estão fazendo a experiência destas funções diversas, mas estreitamente vinculadas entre si”.

Creio que se pode dizer que esse processo continua aberto. Foram vários os postulados enviados à Congregação Geral 33.^a sobre essa matéria, que foram submetidos à atenção do Pe. Geral. De fato, o tema foi estudado com maior profundidade ao longo de 1984, especialmente na reunião anual dos presidentes de Conferências de Provinciais. Aí se viu que existem dificuldades inerentes à relativa novidade e complexidade da situação; que existem também aspectos não-satisfatórios, concretizados principalmente na debilitação do sentido apostólico-missionário, por diversas razões, de diretores e superiores, e no aparecimento

de certa dicotomia na vida dos jesuítas (a vida de comunidade e a vida de trabalho separadas e desconexas entre si e o perigo da debilitação do sentido apostólico desta, a expensas da acentuação do aspecto profissional). As causas disto pareciam radicar em certa insuficiência de orientações (sobretudo, por falta quase total de referência aos leigos colaboradores), mas, sobretudo, em uma insuficiente aplicação e ainda desconhecimento das mesmas, particularmente de seus princípios inspiradores fundamentais, por parte de não poucos dos nossos. Concluiu-se que o “processo de educação” deveria continuar, esclarecido e alimentado por uma nova compreensão das “Orientações”.

Não há dúvida de que esse problema, com suas múltiplas implicações, tem grande importância em não poucos apostolados institucionais. De sua adequada solução pode depender, em boa medida, a eficácia e a riqueza da realização nelas da missão da Companhia. Por isso, poderia ser útil, nesta ocasião, trocar idéias sobre este ponto, em relação com tudo o que foi anteriormente dito: Qual é a realidade de cada um? Que problemas se encontram e que soluções se tratam de pôr ou se põem em prática? Quais são os resultados obtidos? Que é necessário, que é que se deseja etc.?

5.2. A segunda questão final anunciada refere-se ao *laicato em nossas universidades*; concretamente, à relação do grupo jesuítico com ele, na realização da missão da Companhia em suas universidades.

Não é possível, a esta altura da exposição, tentar um desenvolvimento completo da questão. Vou limitar-me a esboçar algumas linhas fundamentais e a formular algumas perguntas, caso se julgue conveniente entrar nas mesmas.

É um fato evidente e irreversível a presença de leigos em todas as universidades da Companhia. A realidade é que a Companhia simplesmente não pode realizar sua missão nas universidades sem a cooperação deles. O problema não é, geralmente, como organizar o funcionamento da universidade em colaboração com os leigos. Os estatutos das universidades estabeleceram em geral um funcionamento que consagra a igualdade de direitos e obrigações acadêmicas e econômicas entre jesuítas

e leigos; não se faz realmente distinção entre uns e outros: todos são membros, em condições de igualdade, da comunidade universitária ou da *faculty*. Hoje se pode dizer, olhando o conjunto de todas as nossas universidades, que se está cumprindo a disposição da Congregação Geral 31.^a (D. 33, n. 6), no sentido de deixar amplamente aberta a participação aos leigos, mesmo na responsabilidade da organização e até na direção nos diversos níveis. Isto não quer dizer que em todas as partes estejam resolvidos todos os problemas. Certamente, ressalvadas as diferenças de uns lugares para outros, estamos ainda em um processo de aprendizagem e acomodação.

O problema aqui não é precisamente este, mas o de ver como associar os leigos à missão apostólica da Companhia na universidade. O fato de estar realizando diversas funções próprias da vida da universidade implica já certo nível de associação, ao menos operativo. O fato, além disso, quando se dá, de estar prestando sua colaboração universitária, com conhecimento e consciência do propósito institucional das universidades da Companhia e com verdadeiro desejo de contribuir para sua realização, independentemente da própria identificação pessoal com ele, representa um grau de associação mais estreito na missão desta.

Mas a associação plena requereria uma identificação pessoal mais profunda com as finalidades apostólicas da Companhia na universidade; tratar-se-ia de uma identificação equiparada à que se supõe em um jesuíta e se lhe pede.

Quem sabe, simplificando e esquematizando as coisas, poderíamos operar com estes três distintos níveis de atitudes de nossos colaboradores leigos em nossas universidades. A pergunta fundamental é esta: como orientar a relação da equipe jesuítica com os colaboradores leigos, à margem dos canais estatutários da universidade, na realização da missão da universidade? Será recomendável, em princípio, estimular uma maior identificação de nossos colaboradores com esse propósito institucional da Companhia na universidade? Que sentido real pode ter nas nossas universidades e para as mesmas esta recomendação da Congregação Geral 31.^a, (D. 33, n. 6): "Fomentem os jesuítas em tudo uma fraternidade apostólica com os leigos, fundada na

unidade da missão da Igreja"? Recentemente, foi sugerido que o melhor modo de relacionar-se com os leigos em nossas instituições educativas é a criação com eles de estritas comunidades apostólicas, para o que é necessário, como condição e expressão de igualdade e comunicação, chegar a uma verdadeira co-propriedade e co-gestão dessas instituições. Pode esta visão ser tomada em conta na realidade plural de nossas universidades, para fomentar a associação dos leigos na missão que nelas desenvolvemos? Será possível manter realmente vivo e operativo o propósito institucional apostólico de nossas universidades sem uma ampla identificação positiva e expressa de nossos colaboradores leigos com o mesmo?

* * *

Com estas perguntas, termino minha exposição. Não estou certo de ter dito algo verdadeira e substancialmente útil para o trabalho dos reitores/presidentes de nossas universidades. Estou, porém, certo de duas coisas: primeira, de ter tratado de matérias que são da máxima importância para a operatividade e rendimento apostólico de nossas universidades; segunda, de que o intercâmbio e sugestões dos reitores/presidentes não de ser de uma grande utilidade para eles mesmos, apesar da grande diferença de situações em que se encontram, e para o Pe. Geral e seus assessores no governo da Companhia.

HOMILIA DO PADRE GERAL

9 de novembro de 1985

"Uma universidade não é uma igreja"

Fr. W. Sullivan (Seattle)

Visto que o reino de Deus está no mundo sem ser do mundo, a Igreja pode comemorar a dedicação de uma basílica romana sem obrigar que se vá a ela para rezar. A liturgia lembra hoje um edifício, sem dúvida alguma venerável, construído por Constantino, sede dos bispos de Roma, cenário de vários concílios ecumênicos e mãe de todas as basílicas. Contudo, a Igreja pronuncia sobre todo este esplendor sagrado e histórico as palavras com que o Senhor se referiu ao monte de Sião e à montanha de Garizim: "Os verdadeiros adoradores adorarão o Pai em espírito e verdade, porque assim é que o Pai quer ser adorado" (Jo 4,23). Estas palavras do Evangelho não condeenam de forma alguma o sagrado edifício e, sobretudo, não nos limitam a uma oração exclusivamente espiritual, reduzida apenas à intimidade do coração. Ao contrário, essa palavra do Senhor nos liberta de toda exclusividade com respeito ao lugar, para que se adore, em todo lugar, em todas as línguas e em todas as culturas, o Pai invisível no Espírito de Verdade, dessa Verdade que é Cristo, que manifesta a Verdade de Deus e as verdades dos homens.

Deus Pai parece estar indefectivelmente presente em todas as nossas universidades, ao menos de modo confuso, como alguém em que tudo se resume: Fonte e Princípio. Porém, será que é adorado verdadeiramente no Espírito de Verdade? A impressão é de que está estranhamente ausente, e quanto mais progredem a ciência e a investigação, mais ausente parece estar esta origem de tudo o que existe.

Deus Filho: a Verdade, sim, estará presente no qualificativo que damos a nossas universidades... talvez presidindo com sua cruz às aulas e aos laboratórios, e, sem dúvida, por uma capela edificada no campus. Mas será que a atividade universitária respira evangelho, a adoração do Pai no Espírito de Verdade? À primeira vista parece que o Evangelho está mudo e que Cristo está ausente de tantos problemas que temos na docência e na investigação, na direção e na administração.

Nesta festa de São João de Latrão, a Igreja nos recorda que já não é necessário escolher Jerusalém ou Garizim, pois o templo não conta mais. Desse modo, as universidades podem ser lugares em que os verdadeiros adoradores adorarão o Pai no Espírito daquele que é a Verdade. A administração da universidade encarrega-se da gestão e do funcionamento; a universidade espera de seu presidente inspiração e dinamismo. Para levar a universidade a sua essência mais íntima, que é a adoração do Criador, nos é dado o Espírito de Verdade, que nos guia "até a verdade completa". O Espírito intercederá ante Deus Pai todo-poderoso, para que nossos projetos e nossos planos acadêmicos possam transfigurar a criação e seus valores na "cidade do Deus conosco". É o Espírito quem tornará presente a Deus, Filho do Homem, porque o Espírito é o sopro que espalha a palavra do Evangelho como um desafio e uma interpelação, no seio mesmo de nosso esforço universitário, para preparar as mulheres e os homens que hão de construir a sociedade humana de amanhã, conforme a imagem do Reino.

Os verdadeiros adoradores adorarão o Pai no Espírito e na Verdade, e por isso Santo Inácio não duvida em afirmar nas Constituições: "Rectoris officium erit, in primis, oratione et sanctis desideriis totum Collegium velut humeris suis sustinere" (n. 423-424). Mais de um presidente se reconhecerá na imagem de quem sustém a universidade sobre os próprios ombros. Esta tarefa de alta responsabilidade, freqüentemente acabrunhadora, não será fecunda, a não ser que se ponha à escuta do Espírito que deseja em nós, para a universidade, a verdadeira adoração do Pai em sua Verdade.

DISCURSO DO PAPA AOS REITORES DAS UNIVERSIDADES DA COMPANHIA DE JESUS *

No dia 9 de novembro, o Santo Padre recebeu em audiência os reitores e os diretores dos institutos de instrução superior confiados aos jesuítas, aos quais dirigiu o seguinte discurso:

Caros irmãos,

1. Sinto uma grande alegria em me encontrar convosco, reitores e responsáveis dos institutos de estudos superiores confiados à Companhia de Jesus em diversos países, acompanhados de outros reitores, e em vos receber aqui, em Roma, cidade do Sucessor de Pedro, e ainda mais porque existe um laço particular entre a vossa Companhia e a Sé de Pedro.

A esta alegria junta-se um caloroso agradecimento a toda a vossa Companhia — a começar pelo vosso Superior Geral — pela generosidade com que ela garante a direção e a promoção dos vossos numerosos centros acadêmicos espalhados no mundo inteiro.

O nosso encontro de hoje faz-nos recordar o que se realizou a 8 de outubro de 1975 com o meu venerado predecessor, Paulo VI. A alocução que ele então dirigiu aos reitores e aos diretores dos vossos centros acadêmicos tinha em vista fortalecer e intensificar o esforço apostólico da Companhia no setor da cultura acadêmica, e mais precisamente no âmbito das universidades católicas. A palavra de Paulo VI fez sentir mais viva e eficazmente à Companhia de Jesus ao longo destes últimos anos, a importância da sua missão específica no interior das universi-

* Tradução do "L'Osservatore Romano", 1.º de dezembro de 1985, p. 18(610).

dades católicas. Poder-se-ia dizer que essa alocução reforçou, num determinado número de jesuítas, o amor e mesmo a paixão por um setor do apostolado que se demonstra muito delicado e difícil, mas tão decisivo para a vitalidade da Igreja!

Será preciso ir sempre para a frente, com perseverança, com coragem, com entusiasmo, apesar das dificuldades que se podem encontrar no caminho.

2. É muito certo que a Companhia de Jesus tem um laço inteiramente particular com a cultura. De fato, o seu Fundador determinou, entre outros apostolados, o que diz respeito à cultura e à juventude estudantil. Fiel a esta missão, a Companhia de Jesus empenhou-se e ainda se empenha em fazer com que não só os seus institutos superiores estejam à altura da própria tarefa, pela seriedade da investigação e a qualidade do ensino, mas também e sobretudo para que eles sejam caracterizados pela prossecução do fim específico para o qual a Companhia foi fundada: a defesa e a propagação da fé.

As suas universidades e os seus institutos superiores são, pois, chamados a garantir e a promover, em primeiro lugar, e mais do que todos os outros, o seu caráter de centros acadêmicos católicos enquanto participantes na missão evangelizadora da Igreja. É este o espírito que anima e que deve principalmente animar as instituições universitárias confiadas à Companhia de Jesus, se elas quiserem responder, com a máxima fidelidade, à sua vocação, ao seu carisma.

3. A história da Igreja ensina-nos quanto a evangelização é difícil em épocas de transformação cultural como a nossa. Temos conhecimento de que as instituições acadêmicas confiadas à Companhia de Jesus estão hoje empenhadas na promoção de um corajoso diálogo entre fé e cultura. É particularmente louvável o esforço que essas instituições estão fazendo à luz da doutrina católica, para resolver o problema gerado pelo progresso social. Novas descobertas científicas não raro apresentam sérios desafios à fé nos campos doutrinal, moral e social. Estes desafios requerem um diálogo entre teólogos e cientistas, com o fim de apontar e descrever os problemas envolvidos e de lhes encontrar

uma resposta que esteja em harmonia com a ciência e com a fé. A universidade católica é o lugar especial para esse diálogo.

4. Há duas condições necessárias para a correta promoção do diálogo entre fé e cultura.

A primeira é a necessidade de fidelidade à palavra de Deus, à sua verdade, ao seu poder salvífico para o povo inteiro de todas as idades, à sua intrínseca capacidade de purificar, transformar e nobilitar. A fidelidade à Palavra de Deus requer uma corajosa proclamação da Boa Nova. A exortação apostólica *Evangelii nuntiandi* esclarece devidamente o fato de que o diálogo entre a Boa Nova e a cultura não pode realizar-se se a Boa Nova não for proclamada (cf. n. 20). É tarefa das universidades católicas serem destemidas anunciadoras da Boa Nova de salvação. Também a elas podem ser aplicadas as palavras de S. Paulo: "Ai de mim se não evangelizar!" (1Cor 9,16).

O necessário e constante apelo, na evangelização, de fidelidade à verdade que nos foi revelada por Deus mediante o seu Filho encarnado, tem sido ouvido em todas as idades, desde os primeiros séculos do cristianismo. Podíamos citar aqui um escritor da Igreja que viveu numa época de grande transformação cultural e que tentou promover um estreito diálogo entre o Evangelho e o desenvolvimento cultural: Clemente de Alexandria. Ele escreveu:

Há verdade na geometria, há verdade na música, há verdade na genuína filosofia... mas a única verdade autêntica é a que nos ensina o Filho de Deus... Fomos ensinados por Deus e ensinados pelo seu Filho nas Escrituras que são verdadeiramente sagradas (*Stromata* I, 20 PG VIII, p. 816).

O verbo feito carne é sem dúvida a encarnação de toda a verdade.

Fidelidade à palavra de Deus significa estudar esta palavra em profundidade, meditá-la e pô-la em prática. Também significa fidelidade ao magistério da Igreja, à qual Cristo confiou essa palavra para que ela seja preservada na sua pureza e integridade e interpretada de modo autêntico. Sem essa fidelidade não pode haver diálogo eficaz entre fé e cultura.

5. A segunda condição é uma urgente necessidade de reflexão filosófica acerca da verdade sobre o homem. Hoje, há uma difusa e dominante idéia historicista acerca do homem e da sua história. Esta idéia, com um conseqüente relativismo dos valores fundamentais, leva a uma infundada primazia da liberdade sobre a verdade, da prática sobre a teoria, do transformar sobre o ser. Daqui resulta um relativismo ideológico e moral.

Um cuidadoso exame das tendências culturais de hoje mostra claramente a necessidade de uma sólida antropologia filosófica com o propósito de explicar o mistério do homem. Essa reflexão metafísica sobre o homem, estabelecendo uma base comum para as pessoas de boa vontade, facilitará o discernimento e uma correta integração do que hoje é válido no progresso humano. Ajudará a evitar o que é desviador nalgumas correntes ideológicas e formas de conduta moral. Além disso, é essencial para preparar uma adequada evangelização da cultura.

A fidelidade à palavra de Deus e a fidelidade à verdade acerca do homem: são estas duas formas de fidelidade que ajudarão a garantir que o progresso humano tenha em consideração o mistério de Deus. Porque quanto melhor conhecemos o mistério do homem, tanto mais abertos nos tornamos ao mistério da transcendência. E quanto mais profundamente se penetra no mistério divino, tanto mais se descobre a verdadeira grandeza e dignidade da pessoa humana.

6. É também incumbência específica da Companhia de Jesus o cuidado pelos jovens que freqüentam os seus centros educativos.

Sabe-se e é louvável que nas instituições universitárias confiadas à Companhia de Jesus se ministre um ensino altamente qualificado, de modo a preparar os estudantes para um desenvolvimento adequado da sua futura profissão.

Segundo o espírito do próprio carisma, essas instituições esforçam-se também, mediante um ensino adequado, por levar os estudantes a um conhecimento mais profundo da mensagem cristã. Deste modo põe-se em prática o que diz a declaração conciliar *Gravissimum educationis*, sobre a educação cristã da juventude, a respeito da missão das universidades católicas de

habilitar os seus alunos de maneira que possam “formar-se homens verdadeiramente notáveis pela doutrina, preparados para desempenhar os mais responsáveis cargos na sociedade, sendo no mundo testemunhas da sua fé” (n. 10).

7. Nesta ocasião, ao mesmo tempo em que reconheço os vossos generosos esforços, convido-vos a prestar especial atenção à formação integral dos estudantes, na qual ocupa um lugar saliente uma sólida formação religiosa, teórica e prática. Prática, enquanto a formação religiosa dos alunos de uma universidade católica não pode ser apenas teórica mediante o ensino, mas deve procurar que eles, na mesma vida universitária, aprendam a viver de modo concreto a doutrina cristã intelectualmente assimilada. Daqui a urgência de oferecer no “campus” da universidade católica um ambiente idôneo para a integração da formação intelectual com a prática. Para isso deverá ser cada vez mais promovida a pastoral universitária, sob a guia de zelosos sacerdotes religiosos, que assistam espiritualmente os estudantes e fomentem todas as iniciativas adequadas para ajudar o jovem a aprofundar o conhecimento e a prática da vida cristã, numa harmoniosa síntese entre fé e vida.

Em diversos encontros com os estudantes universitários do mundo inteiro, tive ocasião de compreender pessoalmente como se manifesta neles, de maneira significativa, a questão religiosa, principalmente como uma necessidade de dar sentido à sua vida. É conveniente saber ler no seu espírito, compreendendo que eles esperam exemplos de vida autenticamente cristã. Mais do que pelas doutrinas teoricamente expostas, eles se sentem atraídos pelos exemplos das doutrinas concretamente vividas.

8. Na profunda transformação que o nosso mundo atravessa, a vós está confiada uma enorme responsabilidade. Estou certo de que também vós estais convencidos disto. Por isso vos encorajo a ir para a frente na vossa difícil missão. A Igreja necessita mais do que nunca de vós, das vossas universidades, qualificadas como católicas e como científicas.

Como bem sabeis, a Congregação para a Educação Católica organizou um estudo para preparar uma constituição apostólica sobre universidades católicas, acerca da missão indispen-

sável da universidade católica no mundo contemporâneo. As vossas universidades e institutos superiores darão sem dúvida a este estudo o seu valioso contributo, o que já desde agora vos agradeço.

A ninguém passa despercebida a oportunidade do referido documento, que é exigido pela profunda evolução cultural verificada nestes últimos anos, e também pela própria comunidade eclesial, a qual deseja que as suas universidades sejam mais eficientes em oferecer ao homem o conteúdo e o dinamismo do pensamento católico.

9. Ao terminar essas reflexões, desejo referir-me à vossa louvável tradição cultural, que vos quer presentes, ativos e criadores nos nossos dias, mas ao mesmo tempo vos quer fiéis: fiéis ao espírito do vosso Fundador, à Igreja e ao seu magistério.

Oxalá as vossas universidades católicas sejam sensíveis aos sinais dos tempos: sensíveis às múltiplas instâncias culturais do presente, e ao mesmo tempo abertas ao espírito das Igrejas particulares, mediante uma fraterna e estreita união com os seus bispos, e ao espírito da Igreja universal, mediante a vossa sincera adesão à Santa Sé.

Com estes votos concedo-vos, como também aos professores e aos alunos dos vossos centros educativos, uma especial bênção apostólica.

As universidades católicas no mundo contemporâneo. As universidades superiores das diversas partes do mundo, desde que se tenham desenvolvido, têm-se desenvolvido a despeito da oposição da opinião pública. A imprensa, que é exigida pela evolução cultural, vem ficando nestas últimas décadas e também pela própria comunidade eclesial, a qual deseja que as universidades sejam mais eficientes em oferecer ao homem o conteúdo que é dinamismo do pensamento católico. Quando se trata de universidades católicas, a imprensa, que se refere ao espírito do vosso fundador, a Igreja e ao seu magistério.

Onde as vossas universidades católicas se encontram nos vários dos tempos, sempre as múltiplas instâncias culturais do presente e no mesmo tempo abertas ao espírito da Igreja, por meio de uma formação e espírito unidos com os seus princípios. A Igreja, mediante a Igreja universal, mediante a vossa Igreja, por meio de Santa Sé.

Com estas vossas universidades, como também os professores e os alunos dos vossos centros educativos, uma especial atenção apostólica. Quando se trata de universidades católicas, a Igreja, mediante a Igreja universal, mediante a vossa Igreja, por meio de Santa Sé.

Na história da Igreja, a Igreja, mediante a Igreja universal, mediante a vossa Igreja, por meio de Santa Sé.

Como bem sabem, a Conferência para o Brasil, Católica, tem organizado um estudo para preparar uma comissão de trabalho, que se reuniu em 1954, em São Paulo, para estudar o problema das universidades católicas no Brasil.

Como bem sabem, a Conferência para o Brasil, Católica, tem organizado um estudo para preparar uma comissão de trabalho, que se reuniu em 1954, em São Paulo, para estudar o problema das universidades católicas no Brasil.